

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAROLINY MENDES

**A LUTA SINDICAL PELA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: A HORA  
ATIVIDADE NAS REDES MUNICIPAIS DE CURITIBA E ARAUCÁRIA**

CURITIBA  
2017

KAROLINY MENDES

**A LUTA SINDICAL PELA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: A HORA  
ATIVIDADE NAS REDES MUNICIPAIS DE CURITIBA E ARAUCÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso Pedagogia da Universidade Federal do  
Paraná como requisito à obtenção do título de  
obtenção do grau Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia.

CURITIBA  
2017

## **AGRADECIMENTOS**

A minha formação como indivíduo não poderia ter sido concretizada sem os valores que meus amáveis pais Helyn e José Mendes me passaram, agradeço por acreditarem que independente do que eu fosse, eles me apoiariam, pois tinham a confiança de que fizeram o melhor por mim. Sem o amor e a visão de mundo que eles me proporcionaram não estaria aqui, terminando um curso superior que ampliou o horizonte dos meus pensamentos, com a ajuda dos mestres que transmitiram seus conhecimentos, alguns com muita dedicação, se importando em fazer a diferença na vida de seus alunos.

Agradeço em especial à professora Dra. Andreia Gouveia, que foi de suma importância para minha formação acadêmica, com certeza o processo de construção deste trabalho seria muito mais difícil sem a sua paciência, gentileza e respeito pela minha escrita, que evoluiu com a sua ajuda.

Agradeço a todos que passaram na minha vida durante esses anos de universidade, com certeza muitas destas pessoas me ajudaram a evoluir como mulher.

*Se a educação sozinha não  
transforma a sociedade, sem ela  
tampouco a sociedade muda!*

*Paulo Freire*

## RESUMO

O professor tem o dever de ensinar e tem responsabilidade na formação de outros indivíduos, portanto sua forma de ensinar e a qualidade de suas aulas fará a diferença no decorrer da vida acadêmica de seus alunos, também está sob sua responsabilidade o desenvolvimento da inteligência e formação cidadã de cada aluno que passa por sua sala de aula. Conforme definem Tardif e Lessard (2014, p.112) trata-se de uma atividade interpessoal, que exige envolvimento afetivo, um trabalho de limites imprecisos que varia de acordo com o contexto dos indivíduos e das circunstâncias apresentadas em cada modelo social. Para que este profissional possa executar sua aula com qualidade, se torna imprescindível o momento reservado para estudos e planejamento das aulas. No Brasil esse tempo é denominado como Hora Atividade, e está previsto na LEI Nº 11.738 de 2008, lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). A Lei no Piso foi sancionada em 2008 e teve sua regulamentação assegurada pelo STF em 2013. Além de sistematizar o piso salarial do magistério o PSPN assegurou ao professor o direito a  $\frac{1}{3}$  de jornada de trabalho semanal destinada à hora atividade. Esta pesquisa foi realizada com a finalidade de estudar como os municípios brasileiros estão se adequando ao PSPN e como os sindicatos estão se organizando na luta pelo cumprimento da lei. Por ser o Brasil um país diversificado economicamente optou-se por pela análise de dois municípios do Paraná que possuem atividades econômicas semelhantes, estas são Curitiba e Araucária. Para realização da pesquisa bibliográfica foram utilizados autores referentes em pesquisa sobre hora atividade e sindicalismo docente como, Tardif e Lessard (2014), Gouveia e Ferraz (2012) e Chiroque (2010). A pesquisa empírica analisou os jornais sindicais no período de 2010 a 2016 e realizou entrevistas com integrantes que compõem os sindicatos para estudar como o sindicato promove o movimento de luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional. Como resultados percebeu-se sindicatos com força política semelhantes, que lutam pela classe, porém o cenário político em que os dois municípios se encontram diferem, o que reflete em diferenças nas conquistas pelo cumprimento do PSPN.

Palavras - Chave: Política Educacional. Hora Atividade. Sindicalismo Docente. PSPN. Valorização do Magistério.

## ABSTRACT

The teacher has obligation of teaching and the formation responsibility of other individuals, so his ways of teaching and the quality of his classes will make a difference in the course of the academic life of his students. It is also under its responsibility to develop the intelligence and citizenship learning of each student who passes through his classroom. As defined by Tardif and Lessard (2014, p.112), this is an interpersonal activity, which requires physical involvement. It's a work with imprecise limits that varies according to the context of individuals and the circumstances presented in each social model. In order for this professional to perform his class with quality, it is essential the time reserved for studies and planning of classes. In Brazil this time is nominated activity hour and has been defined in Law N. 11.738, National Professional Minimum Salary Law (PSPN). The PSPN was sanctioned in 2008 and had its regulation guaranteed by the STF in 2013. In addition to systematizing the teachers' minimum salary, the PSPN assured the teacher the right to  $\frac{1}{3}$  of the activity hour for work journey. This research was carried out with the purpose of studying how the Brazilian municipalities are adjusting to the PSPN and how the teachers' unions are organizing in the fight for compliance with the law. Because Brazil is an economically diversified country, we opted for the analysis of two municipalities of Paraná. These municipalities have similar economic activities, these are Curitiba and Araucária. For the accomplishment of the bibliographical research were used authors referring in research about hour activity and teacher unionism like: Tardif and Lessard (2014), Gouveia and Ferraz (2012) and Chiroque (2010). The empirical research analyzed teachers' union newspapers from 2010 to 2016 and conducted interviews with union members. The goal was to study how the union promotes the struggle for better working conditions and professional valorization. As a result, was found that unions with similar political strengths have been perceived to be struggling for the class, but the political scenario in which two municipalities was very different, reflecting differences in achievement of PSPN compliance too.

Key Words: Educational Policies. Activity hour. Teachers' unionism. PSPN. Teachers' valorization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: TEMA DA MATÉRIA DE MARÇO DE JORNAL SISMMAC.....	40
FIGURA 2: QUADRO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO SUMPRIDOS PELA PREFEITURA. Set. 2012.....	42
FIGURA 3: MAPA DA REDE SOBRE HORA ATIVIDADE Out. 2012.....	43
FIGURA 4: CAPA DO JORNAL DE MARÇO DE 2013.....	44
FIGURA 5: NOTA JORNAL SISMMANDO.....	47
FIGURA 6: RECORTES DE JORNAIS DA LUTA CRONOLOGICAMENTE.....	48
FIGURA 7: DIÁLOGO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM 2015.....	48
FIGURA 8: DIÁLOGO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM 2016.....	49
FIGURA 9: PL DE INICIATIVA POPULAR.....	50

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: TABELA DE VENCIMENTOS, REMUNERAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DAS CARREIRAS DE MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. ....	21
TABELA 2: JORNAIS DOS SINDICATOS, PERÍODO 2010-2016. ....	37
TABELA 3: MOBILIZAÇÃO PARA COBRAR CUMPRIMENTO DO PISO NACIONAL, REFERENTE A JORNADA DE TRABALHO. ....	38

## LISTA DE SIGLAS

- ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
- CNTE - Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPARDE - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- FESMEPAR - Federação dos Servidores Municipais do Paraná
- PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional
- PC - Plano de Carreira
- PCCS - Plano de Carreira Cargos e Salários
- SIFAR - Sindicato dos Servidores de Araucária
- SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
- SISMMAR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
- SISMUC - Sindicato dos Servidores Públicos de Curitiba
- STF - Supremo Tribunal Federal
- PNAIC - Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 CONSTRUÇÃO DA DOCÊNCIA NO BRASIL E A LEI DO PISO SALARIAL NACIONAL (PSPN)</b> .....	12
<b>2.1 PARA ENTENDER O SINDICALISMO DE PROFESSORES NO BRASIL</b> .....	17
<b>2.2 SINDICALISMO DOCENTE E PSPN</b> .....	19
<b>3 UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO CAMPO EMPÍRICO: CURITIBA E ARAUCÁRIA</b>	26
<b>3.1 CARACTERIZANDO A REDE MUNICIPAL DE CURITIBA</b> .....	26
<b>3.2 CARACTERIZANDO A REDE MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA</b> .....	27
<b>3.3 SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA (SISMMAC)</b> .....	29
<b>3.4 SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA (SISMMAR)</b> .....	32
<b>4. APRESENTANDO OS JORNAIS DOS SINDICATOS</b> .....	35
<b>4.1 ANÁLISE DE DADOS DO SISMMAC</b> .....	38
<b>4.2 ANÁLISE DE DADOS DO SISMMAR</b> .....	46
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56
<b>APÊNDICE 1</b> .....	60
<b>APÊNDICE 2</b> .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

A educação de qualidade é um tema de grande importância para uma sociedade que deseja avançar. Um aluno preparado, não apenas para as questões científicas, mas que exerça sua cidadania é um anseio social.

Para este processo ser eficaz, deve-se pensar no preparo e no bem-estar de um dos protagonistas desse processo: o professor. Um dos fatores que contribuem para melhorar a qualidade da educação é o tempo que o professor tem reservado para planejar as aulas que ele ministrará aos seus alunos. Para esta pesquisa serão considerados dois casos de cidades do estado do Paraná, que existem seus Plano de Carreira do Magistério existe o tempo reservado para estudos, planejamento e avaliação previstos na jornada de trabalho, porém que ainda demanda adaptação para a condição prevista pela LEI Nº 11.738 de 2008, Lei do Piso Salarial Profissional Nacional. Como questão de pesquisa, problematiza-se, se este período é respeitado e se todos os professores fazem uso deste direito, e ainda, qual foi, ou ainda é, o papel do sindicato na efetivação deste direito.

Assim sendo, este projeto tem a intenção de entender qual a influência da luta sindical na busca por valorização e melhores condições de trabalho. Por meio de uma pesquisa empírica se levantará dados referente às contribuições que a organização de cada sindicato tem proporcionado, a fim de se observar o engajamento e as estratégias de mobilização em cada município estudado.

Como referências para a escrita e contextualização histórica tanto de informações sobre o sindicato, quanto para o desenrolar de como se construiu a carreira docente, foi utilizado autores referentes em pesquisa sobre hora atividade e sindicalismo docente como, Tardif e Lessard (2014) Gouveia e Ferraz (2012) Vicentini e Lugli (2009) e Chiroque (2010) além da legislação nacional sobre o tema.

Para pesquisa empírica, que teve como objetivo descrever lutas e conquistas sindicais no decorrer de sua existência, utilizou-se fontes documentais como: jornais e informações do site publicados pelas duas instituições. E, por fim, foram realizadas duas entrevistas com dirigente das organizações sindicais com a finalidade de se levantar informações complementares à análise documental, tanto quanto ao papel do sindicato como representante dos interesses da categoria do magistério, quanto com relação à importância e o cumprimento da hora-atividade.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em três capítulos. No primeiro apresenta-se o debate sobre o trabalho docente e a necessidade da valorização dos professores considerando os aspectos históricos e a legislação. Neste mesmo capítulo apresenta-se o debate sobre o sindicalismo docente no Brasil.

No segundo capítulo apresenta-se o campo empírico considerando aspectos de desenvolvimento econômico dos municípios e características das redes de ensino.

O terceiro capítulo apresenta os materiais documentais analisados cotejados com as entrevistas de modo a elaborar a compreensão da luta pela hora atividade e os resultados desta luta em cada caso.

Finalmente apresenta-se nas considerações finais os principais resultados da pesquisa.

## 2 CONSTRUÇÃO DA DOCÊNCIA NO BRASIL E A LEI DO PISO SALARIAL NACIONAL (PSPN)

A educação é direito de todo cidadão residente em território brasileiro, e está garantida através da Constituição Federativa do Brasil de 1988. No capítulo III da Constituição, artigo 205, esta afirmação é consolidada nos seguintes termos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

O Artigo 206 complementa a ideia de educação como direito universal (conforme também o Plano Nacional de Educação) e traz em seu texto os princípios que regem esta lei, citados nos incisos a seguir:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Em 2014 foi construída a Lei nº 13.005, de 2014, em consonância com o artigo 214 da Constituição Federal (Brasil, 1988), situam o plano como epicentro das políticas educacionais brasileiras. Composta de 20 metas que envolvem educação básica e a educação superior, em suas etapas e modalidades, bem como questões atinentes à base nacional comum, qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e valorização dos profissionais da educação. (DOURADO, p. 43, 2016)

A meta 17 se aplica a valorização do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. (BRASIL, 2014).

Para Dourado:

Esta meta, embora restrita ao segmento docente, é de grande impacto e

constitui-se em reivindicação histórica do campo, apresentando estratégias importantes na consecução de uma efetiva política de valorização do profissional do magistério ao articular salário, carreira e condições de trabalho. (DOURADO p.44, 2016).

A meta 18 assegura no prazo de dois anos a existência de um planos de carreira para os profissionais da educação, tomando como referência o piso salarial nacional profissional da educação pública definido no art. 206 da CF. (BRASIL, p. 82, 2014).

Após a aprovação do PNE e em sintonia com este plano, foram aprovados e homologados o Parecer CNE/CP nº 2, de 2015 que resultou na Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica; o Parecer CNE/CES nº 264, de 2016 que resultou na Resolução CNE/CES nº 2, de 2016, do Conselho Nacional de Educação que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Funcionários da Educação Básica. Mais recentemente, para atender a meta 15 do PNE, foi instituída da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, por meio do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. (DOURADO p.44, 2016).

Dourado (2014) ainda afirma que estas são metas importantes, mas que não garantem sua materialidade, pois processo será efetivado por meio de ações políticas a serem consumadas pelos profissionais da educação e seus representantes.

Nota-se que a Emenda Constitucional 53 de 16 de dezembro de 2006 conversa com os artigos citados reafirmando que a educação não é apenas garantida, como também, deve ser gratuita, seguindo mais à frente da Emenda Constitucional n. 59 de 11 de novembro de 2009 que estabelece em seu “Art. 208. I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;” (BRASIL 2009).

Para aplicação da lei o Estado deve destinar parte de sua receita para a educação, sendo assim, no artigo 212 da Constituição Federal de 1988 (CF) está disposto que, a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988).

Ferreira (p. 193, 2016) “descreve a CF como sendo uma Constituição Cidadã, por assegurar avanços importantes em Direitos Sociais, em termos de reconhecimento e promoção do profissionalismo dos educadores no Brasil, porém

ainda com fragilidades e de ações descentralizadas”.

Isto não imediatamente implementado, em 1994 novamente colocasse possibilidade de criar um piso salarial ideia retomada no Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, acordo firmado no governo de Itamar Franco, para entrar em vigor no governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso, que por sua vez, não respeitou o compromisso (VEIRA, 2012).

No entanto a lei não diz apenas de educação gratuita, mas também se refere a ela como “educação gratuita e de qualidade”, e para que ela tenha qualidade é necessário investimento por parte do governo. Em 1996, foi construída a lei orgânica e geral da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que vai além da transmissão do conhecimento no espaço escolar, atuando de uma forma abrangente pensando no processo para a formação do indivíduo. Um dos pontos importantes para este processo encontra-se no artigo 70. Pensando na manutenção e na qualidade da educação seus três primeiros incisos definem:

- I – remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; (Brasil 1996).

Além disso, a LDB de 1996, no artigo 67, refere-se à valorização do profissional do magistério:

- Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
- [...]
- III – piso salarial profissional.

Nota-se através de Vieira (2012) que a luta por salário não é recente, no século XVIII, Brasil Colonial, já se falava em valorização do magistério, em 1827 foi apresentada a primeira lei, com o objetivo padronizar o salário dos professores da educação básica, diz:

- Art. 3o: Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente à Assembleia Geral para aprovação. (BRASIL, 1827).

Para Vieira, cabe ressaltar que este primeiro passo não apresentou grandes transformações salariais, sendo que apenas no período republicano, houve novas

mudanças, através do Decreto no 16.782-A, de 1925, integrante da Reforma João Luiz Alves:

[...] estabeleceu, entre outras medidas, o concurso do Governo Federal para a difusão do ensino primário. Para o aporte relativo à remuneração dos profissionais da educação, o decreto estabeleceu que competiria à União o pagamento dos vencimentos dos professores primários, enquanto os estados seriam responsáveis por fornecer-lhes casas para residência e escola, bem como material escolar. As escolas subvencionadas localizavam-se na zona rural e os vencimentos dos professores primários de que trata o decreto eram de até 2.400\$000 anuais. (VIEIRA, 2012, p. 200).

Vieira chama a atenção para outro marco no processo histórico, referente à conjuntura industrial de economia nacional dos anos de 1960, em que houve uma nova formação demográfica que intensifica a urbanização. Consequentemente expandiu-se a demanda por novas escolas, criando-se em cerca de dez anos, duas leis referente à educação, Lei nº 4.024, de 1961, ainda no período democrático, e a Lei nº 5.692 1971, que reformou o sistema de ensino já sob o regime militar brasileiro. Nenhuma constituiu nova proposta de piso, mas a de 1971 sistematizou a carreira do professorado, onde houve maior interesse nos cursos de formação inicial (VIEIRA, 2012).

A partir no ano de 2002, com a mudança ideológica do governo, a pressão social, através de seu movimento sindical na educação básica exigiu o fracionamento da educação básica, e conseguiu-se importantes avanços na luta pela valorização dos profissionais da educação.

A pressão da sociedade civil organizada, do movimento sindical na educação básica exigiu a partir da Lei nº 11.494, de 2007, que instituiu o FUNDEB; da Emenda Constitucional nº59, de 2009, instituindo novas exigências para o Direito à Educação, e da Lei nº 12.014, de 2009, que alterou o artigo 61 da LDB, estabelecendo em definitivo as bases do reconhecimento do profissionalismo na educação brasileira, entre tantas leis importantes para a educação. (Ferreira, p. 194, 2016)

Foi observado por Vieira (2012, p. 202) que a Emenda Constitucional (EC) nº 53, de 2006 (antecessora Piso Salarial Profissional Nacional) determinou a padronização nacional do piso e endossou a construção do mesmo.

Em 2008 foi sancionada pela União uma lei que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da Educação Básica, para jornada de 40 horas semanais seriam reservados 33% de hora atividade. Ela foi pensada no intuito de uma política de valorização dos profissionais do magistério público, e desde sua sanção é cerceada de muita discussão e dificuldade

na efetivação por parte dos municípios no cumprimento da lei.

Ela reforça exigências ascendentes como as já citadas anteriormente e garante aos profissionais da educação de todos os municípios brasileiros um padrão mínimo de direitos no exercício da mesma profissão, parâmetro necessário pois conforme Oliveira.

Os profissionais da educação básica no Brasil são contratados e remunerados pelos estados e municípios, o que resulta em grande desigualdade salarial e de condições de trabalho entre professores das diferentes regiões do país, pois, além de variar com a capacidade de financiamento de cada ente, cada um tem liberdade para criar e definir suas próprias carreiras e planos salariais, a despeito da legislação federal definir diretrizes de carreira docente em nível nacional. (2016, p. 122-123).

Inicialmente, o PSPN regulamentou o piso mínimo para o profissional de magistério de nível médio no montante de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, com reajuste anual, e prerrogativa de que em nenhuma circunstância esse valor será inferior, nos termos do inciso 1º do artigo 2º da Lei.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. (BRASIL, 2008).

Além de garantir o piso salarial do magistério o PSPN, assegura que o profissional de magistério terá direito a uma parte de seu tempo, dentro da carga horária da jornada, para planejamento e preparação de suas aulas. O direito aos 33,33% de hora-atividade é assegurado pela referida lei nos seguintes termos: “na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. (BRASIL, 2008)

Esta conquista é importante, pois a preparação das aulas é requisito fundamental para o professor, que não terá de dispor de seu tempo de descanso para realizar essa função.

Entre o ano de 2010 e 2011 houve grande mobilização do magistério por meio de seus sindicatos para a cobrança do cumprimento da carga horária referente à hora-atividade.

## 2.1 PARA ENTENDER O SINDICALISMO DE PROFESSORES NO BRASIL

O sindicato é uma instituição que está ligada a questões sociais e políticas, e surge para representar os trabalhadores e lutar por melhores condições de trabalho. Segundo Palamidesse (2010, p. 1). Os primeiros arranjos sindicais surgiram na Europa e nos Estados Unidos, devido ao crescente avanço do trabalho industrial. Na América Latina as primeiras formações sindicais surgiram no século XIX em forma de cooperativas, representando artesãos e trabalhadores de sucintas atividades industriais. No Brasil especificamente, ainda que o sindicalismo comece no século 20 com as ações dos anarquistas, a regulamentação sindical ganha força na década de 1930, em 1931 criou-se o decreto 19.770 (Brasil, 1931) que regula a sindicalização das classes patronais e operárias, esta lei precede o sindicalismo do Brasil.

Segundo Vicentini e Lugli (2009, p.97-98), a formação sindical docente no Brasil teve início na segunda metade do século XIX. As primeiras associações docentes no Brasil foram propostas por professores primários, sendo que algumas destas tiveram ligações diretas com a Igreja Católica, com a Liga dos Professorado Católico em São Paulo criada em 1919 e a Associação do Professorado Católico do Distrito Federal criado em 1928. Em 1933 estas entidades se unificaram fundando a Confederação Católica Brasileira de Educação. Estas associações precedentes eram inicialmente construídas pela insatisfação da classe acerca das condições de trabalho, e influenciavam o desenvolvimento do ensino público. Elas se designavam como beneficentes, de auxílio mútuo, corporativista e de cunho científico. Tinha como característica um tempo de vida breve e limitado, ou seja, muitas eram reconstruídas com outro nome e outras especificidades.

Nos anos de 1930 em decorrência da política trabalhista de Getúlio Vargas, começaram a aparecer os sindicatos representativos dos professores secundários atuantes na iniciativa particular.... Algumas dessas entidades passaram a representar, também, os professores primários, mas sempre na iniciativa particular, uma vez que no Brasil a sindicalização dos funcionários públicos foi permitida após a promulgação da Constituição de 1988. (VICENTINI E LUGLI, 2009, p. 98 e 99)

Donato (2012 p. 98) diz que na sanção da legislação trabalhista em 1943, as associações sindicais ficam sujeitas ao Ministério Público, nesse período houve a proibição da sindicalização de funcionários públicos, exercendo este direito apenas os trabalhadores que se encontravam no sistema de regime das Leis Trabalhistas (CLT).

Após estes grupos associativos foram-se criadas organizações de cunho nacional, na década de 1960 surgiu a “Confederação dos Professores Primários do Brasil” (CPPB), antecessora da “Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação” (CNTE). (VICENTINI E LUGLI, 2009, p.96). Mesmo após a constituição da CNTE, as organizações regionais em redes públicas e privadas seguem tendo força legal e política, pois as regras do sindicalismo brasileiro preveem que a representação sindical se faça no nível territorial municipal. E estas perduram até os dias atuais.

Na Constituição Federativa do Brasil de 1988, artigo 37 incisos VI e VII, consolida-se a organização sindical no Brasil, estabelecendo a garantia do direito à organização sindical e greve para os servidores públicos. (BRASIL, 1988). Marco importante na forma em que o sindicato vem operando em relação à luta pelos direitos trabalhistas, trazendo resultados e benefícios, em especial do que tratamos neste trabalho, aos profissionais da educação.

Mas o que se define como organização sindical docente? Quem faz parte desta categoria e qual é a sua luta na atualidade? E ainda qual é a importância e a influência que esta organização apresenta da luta por direitos?

Para responder estas questões é interessante considerar o que dizem Fernandes e Rodriguez (2010, p. 90) sobre a organização dos trabalhadores ser em associações e sindicatos que tem como objetivo a união dos trabalhadores a fim de defender os direitos trabalhistas, bem como lutar por melhores condições de trabalho e salários.

Chiroque (2010, p.1) define que a organização sindical dos trabalhadores da docência formal pode abranger diferentes composições tais como: os que exercem cargos na educação infantil, primária, secundária, superior não universitária e/ou superior universitária, de diferentes níveis educativos. Seu objetivo é defender as condições de trabalho e de ensino, portanto esta categoria toma posição não apenas acerca da representação do trabalhador, mas também diante das políticas educativas. Portanto Chiroque apresenta o papel do sindicato relacionando-o com:

1. condições de trabalho: políticas de contrato e/ou nomeação; defesa de estabilidade laboral; salários e poder aquisitivo; relações laborais; estatuto docente. Ultimamente se inclui o tema da avaliação docente;
2. condições de ensino: qualidade educativa; condições de educabilidade;
3. políticas educativas: gratuidade da educação; privatização do ensino; orçamento educativo e gestão educativa.(Chiroque, 2010,p.1)

Para Ferreira (2010, p. 1) o sindicalismo se define como uma associação de caráter voluntário, sem fins lucrativos. Sua finalidade é organizar e representar os profissionais docentes, filiados ou não, defendendo os interesses individuais e coletivos, em especial, ampliando as melhorias na condição do trabalho e de ensino tendo seu papel na implantação de políticas educacionais.

Esta trajetória histórica é importante pois revela a riqueza da trajetória associativista e sindical dos professores. No decorrer da história brasileira esta organização representou melhoria nas condições de valorização da profissão. Porém ainda há que se acompanhar os desdobramentos atuais da luta e das organizações. Este projeto se dedicará a esta temática tomando o caso de dois municípios no Paraná.

## **2.2 SINDICALISMO DOCENTE E PSPN**

Ferreira (p. 189, 2016) afirma que desde as primeiras organizações sindicais docentes até CNTE, a luta pela profissionalização dos educadores e professores brasileiros tem sido intensa.

Para que se entenda porque a relação sindicato/ docente é vital para a valorização do magistério é interessante desenvolver uma breve explicação acerca do tema a partir de um ponto de vista político e legal. No que se refere às condições de trabalho docente, cabe destaque para a lei de 2008 que beneficia o profissional da educação, estipulando um piso salarial profissional nacional inicial, além de definir o tempo de planejamento, onde o professor estará fora da sala de aula para preparo de suas atividades.

Como já citado, no ano de 2008 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei N. 11.738. Naquele momento houve resistência por parte de alguns governos estaduais em aceitar a legitimidade da lei, e conforme nos mostra Gouveia e Ferraz (2016, p. 286, 287) transcorreram três anos de discussão acerca da mesma no STF, devido a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 4.167 (Adin) impetrada por alguns governadores de estados brasileiros por não considerarem de competência da União a implementação ou mudança da jornada de trabalho e salário do magistério visto o regime federativo brasileiro.

No Brasil a forma de organização da oferta educacional é descentralizada, este arranjo estabelece que a União é responsável pelo ensino superior nos

estabelecimentos oficiais, o estado pela ensino fundamental e ensino médio e o município pela educação infantil e ensino fundamental, e assim sendo, cabe a cada um destes entes federados elaborar o plano de carreira do seu quadro do magistério.

Uma consequência desfavorável se estabelece, conforme mostram Gouveia e Ferraz (2016, p.287), o desenho federativo atual tem relação direta com a desigualdade da qualidade da educação no que diz respeito à salários e condições de trabalho para a categoria, isso se relaciona com a capacidade de financiamento de elementos como vencimento, jornada e a carreira que são definidas em cada região. Isto pode ser exemplificado com os dados sobre o PSPN organizados pela CNTE que evidenciam o descumprimento da lei em vários estados e municípios, assim como a desigualdades das remunerações. A “Tabela de Vencimentos, Remuneração de Jornada de Trabalho das Carreiras de Magistério Público da Educação Básica” (Tabela 1) sintetiza os dados da Confederação relativos aos municípios:

TABELA 1: TABELA DE VENCIMENTOS, REMUNERAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DAS CARREIRAS DE MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Estado	Município	Vencimento Licenciatura Plena	Remuneração Licenciatura Plena	Carga Horária	% hora atividade	Cumprimento da Lei 11. 738
AM	Manaus	1.664,00	-	20 H	-	Aplica a proporcionalidade ao valor do piso, sem informação sobre a jornada.
BA	Salvador	2.564,68	3.559,28	30 H	-	Aplica a proporcionalidade ao valor do piso, e não cumpre a jornada extraclasse
CE	Fortaleza	2.483,12	-	40 H	-	Não cumpre o valor do piso, sem informação da jornada.
DF	SINPRO	4,028,56	5237,13	40 H	37,5%	Cumprimento a Lei Piso
GO	Goiânia	2.847,11	-	40 H	30%	Cumprimento o valor do Piso, mas não a jornada extraclasse
MS	Campo Grande	5.092,13	-	40 H	-	Cumprimento o valor do piso, sem informação da jornada.
MT	Cuiabá	2.044,41	-	20 H	20%	Aplica a proporcionalidade ao valor do piso, e não cumpre a jornada extraclasse
PA	Belém	2.332,00	5.130,40	40 H	20%	Cumprimento o valor do Piso, mas não a jornada extraclasse
PE	Jaboatão Guararapes	2.145,08	2.410,20	36 H	30%	Não cumpre o valor do Piso nem a jornada extraclasse
PE	Cabo Santo Agostinho	1.762,20	2.643,30	30 H	50%	Aplica proporcionalmente a Lei do Piso
PI	Teresina	2.634,65	-	40 H	-	Cumprimento a Lei do Piso. Sem informação de jornada
RN	Natal	2.121,00	-	20 H	-	Não cumpre o valor do Piso, sem informação da jornada
						Não cumpre o valor

<b>RO</b>	Porto Velho	2.140,36	2.380,36	40 H	-	do Piso, sem informação da jornada
<b>RS</b>	Rio Grande	1.398,74	2.797,00	20 H	35%	Aplica a proporcionalidade ao valor do piso
<b>RS</b>	Ijuí	1.493,80	-	20 H	33%	Aplica a proporcionalidade ao valor do piso
<b>RS</b>	Canoas	2.392,17	-	40 H	33%	Não cumpre o valor do Piso
<b>TO</b>	Palmas	-	3.358,83	40 H	-	Não cumpre o valor do Piso, sem informação da jornada

Fonte: <<http://www.cnte.org.br/index.php/tabela-salarial.html>> (2016)

Entidades Filiadas a CNTE (RJ ados oferecidos pela Oposição do SEPE

Nota: (1) Valores referentes ao mês de fevereiro de 2016, aplicados no início das carreiras do magistério dos profissionais com graduação em nível superior (Pedagogia Licenciatura). (2) O Piso Nacional do magistério incide no vencimento de carreira do/a professor/a com formação em curso Normal de nível médio.

Analisando os exemplos da tabela 1, percebe-se que a maior parte dos municípios filiados à CNTE não cumprem a lei do Piso, como é o caso de Goiânia (GO), Cuiabá (MT) e Belém (PA), sendo que Salvador (BA), Fortaleza (CE), Campo Grande (MS), Teresina (PI), Natal (RN), Porto Velho (RO) e Palmas (TO) não possuem qualquer informação sobre a jornada. Apenas o Distrito Federal, Cabo Santo Agostinho (PE), Rio Grande, Ijuí e Canoas (RS) cumprem os 33% de hora atividade.

Em 2011, finalmente o PSPN foi julgado totalmente constitucional pelo STF, conforme observam Gouveia e Ferraz (2016, p.287).

Após três anos de trâmite, em abril de 2011, o STF julgou a Adin improcedente, compreendendo que é constitucional a norma geral que fixou o piso salarial dos professores, com formação de ensino médio, como vencimento inicial e não remuneração global (STF, 2011). Também julgou constitucional a reserva de percentual da jornada de trabalho para atividades extraclasse. Ou seja, a hora atividade.

Segundo a decisão do STF, os estados e municípios devem cumprir a Lei imediatamente, pois já tiveram mais de três anos para se adequarem à medida desde sua aprovação.

Considera-se que a promulgação da Lei n. 11.738/2008 representa um momento histórico de condensação das lutas em torno de melhores condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores em educação do país. Com efeito, trata-se de um processo que remonta ao século XIX e que só se efetivou na primeira década do século XXI, porque só então as condições objetivas e subjetivas se fizeram concretas. (Fernandes e

Rodriguez, 2010 p. 89)

A implantação da lei trata-se de uma importante conquista da categoria e da luta sindical como afirmam as autoras Fernandes e Rodrigues (2010). Para compreender que esta luta vem de um longo tempo cabe outro destaque:

Do ponto de vista da luta docente, a construção de um piso salarial profissional remonta pelo menos aos anos de 1980 e aos debates no âmbito da Constituinte. Esta mobilização resultou na formulação aprovada, originalmente na Constituição Federal de 1988, que afirma a valorização dos profissionais da educação, como princípio para organização da educação brasileira, já indicando a necessidade do Piso Salarial Profissional. Este último, entretanto, exigia regulamentação. Foram necessários 20 anos para que a luta sindical resultasse em uma lei complementar que fixou o PSPN. Consequentemente, abriu-se novas frentes de luta, posto que no pacto federativo brasileiro a prerrogativa de fixar remuneração para os servidores públicos é de cada ente federado. (GOUVEIA e FERRAZ, 2016, p.287)

A conjuntura econômica atual no Brasil enfrenta grande discrepância políticas e sociais, além do enfrentamento a uma elite que opera de forma corporativa, para opor-se ao direito de todo cidadão a educação pública, gratuita e de qualidade. (FERREIRA, p. 189, 2016).

No ano de 2016, o parlamento brasileiro instituiu processo de impedimento contra a então Presidente da República Dilma Rousseff. O processo de destituição alegava irregularidades contabilísticas (pedaladas fiscais) para cobrir déficits nas contas públicas. A condenação de Dilma implicou a perda de seu mandato de presidente, porém não a cassação dos direitos políticos por oito anos, o que pode caracterizar um golpe parlamentar.

Após o golpe político executado, quem assumiu a presidência foi o vice-presidente de Dilma, Michel Temer. Por conta disso o cenário político vem mudando a cada dia, percebe-se uma agenda conservadora em muitos projetos apresentados ao Congresso Nacional e uma resistência de parte da população sintetizada no movimento Fora Temer (chamado assim, pois ele não é legitimado pela maior parte da população, principalmente por suas medidas impopulares que visam retroceder no que diz respeito a política social, prejudicando os trabalhadores).

Durante o segundo semestre de 2016 tramitou a PEC 55 que propôs como princípio congelar gastos com saúde e educação por 20 anos e foi aprovada em dezembro. Além desta a MP 746 propôs a reforma de ensino médio, um movimento antidemocrático, uma medida provisória que atropela os interesses de uma melhor educação, que tem como objetivo mercantilizar a educação, tratando os estudantes

como força braçal, afastando as possibilidades de formação de pessoas plenas, críticas e autônomas. Por fim junto desse pacote de retrocesso social, há também o Projeto de Lei 867/2015, conhecido como “Escola sem Partido” que tem como finalidade engessar o ensino e perpetuar o preconceito livrando a escola de supostas ideologias.

Enquanto estas medidas impopulares acontecem a sociedade realiza atos de manifestação contra o governo e o que ele está impondo para a educação.

Nesse contexto político a necessidade da luta do magistério é ainda mais importante, pois estas medidas podem dificultar o cumprimento da Lei do PSPN. Os trabalhadores docentes organizados em seus sindicatos precisarão de união e planejamento para que os planos de carreira dos municípios se adequem ao PSPN. Movimentos sociais e sindicais (incluindo o sindicalismo docente) mais do que nunca são de extrema importância para auxiliar a classe trabalhadora na luta para conservar seus direitos.

## **2.4 SINDICALISMO DOCENTE E HORA ATIVIDADE**

Entre os interesses que o sindicato de professores tem historicamente defendido encontra-se usualmente a questão da remuneração, e mais recentemente as questões relativas à composição da jornada de trabalho. Para entender em que consiste a jornada de trabalho dos professores recorreremos à Tardif e Lessard (2014, p.112) que definem o trabalho do professor da seguinte forma: “esse trabalho depende de regras administrativas, mas depende igualmente, ou mais ainda, da atividade responsável e autônoma do professor e de seu envolvimento com a profissão.”

Ou seja, Tardif e Lessard entendem que o professor tem um trabalho interpessoal, que exige envolvimento afetivo, tratando-se de um trabalho de limites imprecisos que varia de acordo com o contexto dos indivíduos e das circunstâncias apresentadas em cada modelo social. Portanto, em uma jornada de trabalho, o tempo utilizado por diferentes professores será distinto, podendo variar dependendo de fatores como a experiência do professor ou ainda as circunstâncias sociais e culturais onde este trabalha.

Para que esta tarefa seja realizada com êxito existe a necessidade de um tempo reservado para o planejamento. Tardif e Lessard (2014, p. 212) interpretam esse momento como “uma fase (pré-ativa) de estruturação da matéria a ser ensinada,

de organização das atividades de ensino e aprendizagem, bem como de preparação do material pedagógico”.

No Brasil este tempo de planejamento, denominado como hora atividade, é previsto em lei nacional e deve ser respeitado por estados e municípios. Porém como visto na tabela 1 anteriormente apresentada há ainda o descumprimento da lei em vários estados e municípios que não estão de acordo com a Lei, podemos citar os casos que possuem informações municipais como: Cuiabá (MT), Belém (PA) e Goiânia (GO).

### **3 UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO CAMPO EMPÍRICO: CURITIBA E ARAUCÁRIA**

Para realização desta pesquisa foram selecionados dois municípios do estado do Paraná como campo empírico para a pesquisa. Estes foram escolhidos pois, ambos possuem um sindicato municipal próprio, ou seja, a organização sindical local é exclusiva do magistério municipal de cada um deles. Outro critério de grande importância para possibilitar objetividade do processo de pesquisa e possibilitar a comparação dos dois municípios escolhidos foram as condições financeiras semelhantes, o que pode ser evidenciado pelo Produto Interno Bruto (PIB) de cada um deles e pela receita orçamentária.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o PIB do município de Curitiba estima-se em 42.164.530 bilhões de reais (dados atualizados no ano de 2013) com uma população de 1 893.997 (dados de 2016), em Araucária temos dados do PIB de 4.670.947 bilhões de reais (dados de 2013) com uma população estimada em 135.459 (dados de 2016), o que significa um PIB per capita de 22.435,63 em Curitiba e em Araucária de 35.007,24, as duas cidades tem PIB próximo ou superior ao PIB nacional per capita que em 2013 foi de 26.445 (IBGE, 2016). Outra forma de comparar as condições dos dois municípios para realizar política pública é considerar o montante de receita orçamentária. Neste caso o IBGE informa que a receita orçamentária por habitante de Curitiba em 2014 era de 3.974 reais, enquanto em Araucária era de 6.933 reais por habitante, no mesmo ano. Esses dados mostram que os dois municípios tem alta capacidade de investimento e por estes dados iniciais poderia se levantar como hipótese que as condições de Araucária seriam melhores para o cumprimento da Lei do Piso.

#### **3.1 CARACTERIZANDO A REDE MUNICIPAL DE CURITIBA**

Curitiba é a capital do Paraná, um dos três estados que compõem a Região Sul do Brasil. Sua fundação oficial data de 29 de março de 1693, quando foi criada a Câmara. (CURITIBA, 2016). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016) mostram que se trata de uma cidade 100% urbana, sendo que segundo IPARDES (2016) o que movimenta a economia são predominantemente a indústria, comércio e serviços.

Quando a educação pode-se verificar no site Cidade do Conhecimento (site oficial da Secretaria Municipal de Educação da prefeitura de Curitiba) em 2015 o município tinha de 184 escolas de ensino fundamental anos iniciais, dentre elas 10 ofertam também ensino fundamental anos finais. Divididas em 10 núcleos regionais

(Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão, Santa Felicidade e Tatuquara).

Conforme censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2015 eram 82.894 alunos matriculados no ensino fundamental anos iniciais distribuídos nas regionais do Curitiba. Segundo dados do Portal da Transparência do Paraná, a rede municipal de Curitiba possui em seu quadro de funcionários 12.197 profissionais do magistério.

Segundo Diretoria Liberada do SISMMAC<sup>1</sup> (2016) o SISMMAC, que é o sindicato do magistério em Curitiba, possui cerca de 7.000 professores sindicalizados entre profissionais que atuam e aposentados. (informação verbal)<sup>2</sup>

Conforme Diretoria Liberada do SISMMAC, o Plano de Cargos Carreira e Remuneração (PCCR) aprovado em 2001, previa hora atividade como direito do profissional do magistério, anterior ao PSPN, ele previa apenas 20% de hora atividade, portanto em uma jornada de trabalho de 20 horas semanais o professor tinha reservado apenas 4 horas para seu trabalho de planejamento (informação verbal).

Um novo Plano de Carreira Cargos e Salários (PCCS) foi instituído em março de 2014 pelo, então prefeito, prefeito Gustavo Fruet, a hora atividade passa a ser definida como:

Na composição da jornada de trabalho deverá ser reservado, no mínimo, 1/3 da carga horária para estudos, planejamento e avaliação, sem interação direta do Profissional do Magistério com os alunos, segundo as definições decorrentes das metas nacionais de valorização do Profissional do Magistério. (CURITIBA, 2014)

O Plano de Carreira de 2014 (PC atual), estabelece que o tempo reservado para hora atividade, deve ser de  $\frac{1}{3}$  (aproximadamente 7 horas por semana) de uma jornada de trabalho de 20 horas, e está em conformidade com o parágrafo I, do 5º artigo do PSPN.

### 3.2 CARACTERIZANDO A REDE MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Araucária é um município criado pelo decreto estadual nº 40 de 11 de fevereiro de 1.890, que teve seu nome sugerido pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral.

<sup>1</sup> O nome do membro sindical entrevistado para realização da pesquisa foi mantido em sigilo, conforme firmado em "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" proposto antes da entrevista.

<sup>2</sup> **Membro da Diretoria Liberada do SISMMAC.** Curitiba, 2016.

(ARAUCÁRIA, 2016)

Segundo dados do IBGE (2016) a cidade possui 135.459 a população de Araucária é predominantemente urbana, sendo que menos de 10% da população reside em área rural.

A atividade econômica, segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) está em grande parte relacionada a atividade industrial, comércio e serviços, sendo não tão expressiva a agricultura. (IPARDES, 2016)

A atividade industrial é a mais importante no município pois em Araucária está localizada a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), de propriedade da Petrobras.

Empresa que se organiza como sociedade anônima de capital aberto que atua na indústria de óleo, gás natural e energia. A refinaria tem capacidade de processamento de 33 mil m<sup>3</sup> de petróleo por dia, e é responsável por aproximadamente 12% da produção nacional de derivados de petróleo. Seus produtos atendem principalmente os mercados do Paraná, Santa Catarina, sul de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. (PETROBRAS, 2016)

A rede municipal de Araucária faz parte do Núcleo Metropolitano Sul, e possui 75 escolas sendo 42 de ensino fundamental e 33 CMEIs da educação infantil. (PARANÁ, 2016). Conforme censo realizado pelo INEP em 2015 Araucária possuía 10.020 alunos matriculados no ensino fundamental anos iniciais.

Conforme relata Coordenação de Comunicação do SISMMAC (2016) o município de Araucária possui em seu quadro de magistério aproximadamente de 2.100 professores, sendo que destes 1.400 são sindicalizados, entre profissionais ativos e aposentados. (informação verbal)<sup>3</sup>.

O PCCR do município de Araucária foi instituído em janeiro de 2008, podemos notar no Cap. IX Art. 46, e, no Parágrafo Único, a seguinte definição em relação ao plano de carreira:

“A jornada de trabalho do integrante do Quadro Próprio do Magistério Público Municipal é de 20 (vinte) horas semanais. ”

[...]

“Parágrafo Único. O percentual de hora-atividade em docência é de 20%

---

<sup>3</sup> Coordenação de Comunicação do SISMMAC. Membro liberado - Coordenação de Comunicação do SISMMAR. Araucária, 2016.

O nome do membro sindical entrevistado para realização da pesquisa foi mantido em sigilo, conforme firmado em “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” proposto antes da entrevista.

(vinte por cento) da jornada de trabalho. ” (Araucária, 2008).

Observando o que diz nos planos de carreira já se nota algumas diferenças em relação ao cumprimento da Lei 11.738, Curitiba (com um plano mais atual de 2014), já cumpre o percentual de 33,3%<sup>4</sup>, estipulado para o planejamento, e Araucária (com um plano de 2008) ainda não, tendo como percentual apenas 20% da jornada semanal. Nota-se que no plano de Curitiba há uma especificação dos propósitos deste momento, enquanto Araucária apenas cita qual o período destinado à hora-atividade, sem acrescentar a finalidade deste momento. Os desafios para implementação da lei nesse contexto serão objeto da investigação a partir da ação dos sindicatos.

### **3.3 SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA (SISMMAC)**

Segundo Donato (2012, p. 99) a necessidade de uma reunião entre o grupo de professores no município de Curitiba surgiu por volta de 1971, frente à carência de um, nas palavras da autora, anteprojeto de Estatuto para a categoria do magistério. Essa reunião foi realizada no Colégio Estadual do Paraná, onde surgiu a “Associação dos Professores Municipais de Curitiba” (APCM), o foco desta entidade foi marcado por busca de melhores remunerações.

A atuação da APCM foi curta, em 1973 devido a medidas tomadas pela prefeitura a associação deixou de existir, e só em 1979 foi construída a “Associação do Magistério de Curitiba” (AMMC), essa foi extinta em 1988, após a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37 incisos VII, que permitiu a sindicalização do funcionário público, e consolidou a organização sindical no Brasil.

Os professores se reuniram para analisar que tipo de sindicato deveriam criar, chegando à conclusão que o ideal seria um sindicato do magistério municipal. Assim, em 27 de outubro de 1988 é fundado o SISMMAC, momento também que é criado o estatuto provisório da entidade. (SISMMAC, 2016).

Conforme Diretoria Liberada do SISMMAC (2016) atualmente o sindicato representa essa base sindical dos professores que são contratados pelo Município e que atuam do 1º ao 9º ano da rede municipal de Curitiba, e é separado dos outros

---

<sup>4</sup> Embora o plano de Curitiba se refere ao tempo reservado a hora-atividade em fração ( $\frac{1}{3}$ ), com a finalidade de estipular um padrão, esse texto trabalhará com a porcentagem da hora-atividade em relação a jornada de trabalho de 20 horas semanais (previstas em ambos os planos).

trabalhadores do município, incluindo os professores da Educação Infantil, que são representados pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Curitiba (SISMUC).

O SISMMAC ainda utiliza o estatuto da década de 1980, que prevê um presidente, que é algo que em outros modelos de sindicato já foi superado. Diretoria Liberada do SISMMAC (2016), enfatiza a necessidade de se formular um novo estatuto, vendo esta reformulação como uma demanda enquanto categoria.

Porém mesmo tendo formalmente a organização presidencial, o SISMMAC na prática, não se organiza dessa maneira, o trabalho é realizado de forma colegiada buscando sempre envolver toda a diretoria, não há, por exemplo, a necessidade de que seja o presidente a assinar ofícios, salvo burocracias envolvendo o financeiro da instituição, estes de responsabilidade do presidente e do tesoureiro.

Atualmente o sindicato é composto de 28 diretores, sendo 9 diretores liberados, que atuam do sindicato, e 19 são de base que trabalham em escolas diversas.

Os diretores liberados se organizam para visitas às 10 regionais (escolas), sendo cada um responsável pelas visitas de uma regional e a matriz é dividida entre todos, isso faz com que cada diretor tenha de visitar uma média de 25 escolas. O objetivo destas visitas é a realização do trabalho com a base, que tem como principal objetivo construir lutas e cria vínculo com as escolas e os professores (Informação verbal).

... muita gente tem dificuldade de entender o que é o trabalho do sindicato, as pessoas pensam que você é um RH, você tem que responder para ela as dúvidas jurídicas ou às dúvidas que ela tem sobre o contracheque né, aí a gente tenta desmistificar essa visão né, a gente tentar repassar para a categoria que a gente tá aqui para construir lutas para construir movimento que só a gente consegue resolver alguns problemas mais burocráticos que a gente tem com a administração no contracheque, e algumas outras coisas relacionadas a vida funcional delas, então a gente busca sempre estar nos locais de trabalho, claro para também poder tirar suas dúvidas, mas para além disso para fazer o trabalho político mesmo. (Diretoria Liberada do SISMMAC, 2016 - Informação verbal)

Diretoria Liberada do SISMMAC (2016) destaca a importância do trabalho de base relatando que no início da gestão “Novos Rumos”<sup>5</sup>, o acesso às escolas era difícil por conta de diretoras que tentavam impedir a prática sindical, porém realizando esse trabalho constantemente eles garantiram a entrada nas escolas para realização do trabalho sindical (Informação verbal).

---

<sup>5</sup> Gestão que administra o SISMMAC desde 2011.

Além do trabalho de visitas na escola, como já citado o sindicato utiliza outros instrumentos para dialogar com base. Através de jornal mensal, impresso ou digital, que atua como guia para falar das pautas que movimentam a categoria, como pautas políticas e de valorização do magistério.

Outro meio de comunicação com a base é a reunião mensal de conselho de representantes, composta pelos delegados de base (cada escola tem direito a um delegado, que representará a mesma no conselho), são essas reuniões que decidem por exemplo indicativos de greve.

O trabalho sindical na rede municipal de Curitiba tem bastante força política pois dos 10 mil professores, e 1.600 pedagogos, 6.000 são sindicalizados, além de cerca de 1.500 aposentados, contanto com um total de 7.500 sindicalizados.

Diretoria Liberada (2016) diz que para o SISMMAC é de grande importância que muitos professores se sindicalizem, pois, com o aumento das sindicalizações, o sindicato ganha legitimidade, tanto com a categoria, quanto para representação da mesma perante a administração municipal (Informação verbal).

A gente não é filiação obrigatória, é uma filiação voluntária, então cada fichinha que a gente consegue coletar, cada professor que se dispõe a contribuir financeiramente com o sindicato para a gente tem um peso político bastante importante, porque significa que o professor gostaria de se organizar numa luta sindical, gostaria de se organizar junto de uma categoria. (Diretoria Liberada do SISMMAC, 2016 - Informação verbal).

O SISMMAC não recebe imposto sindical<sup>6</sup>, pois é contra o imposto por entender que a conscientização dos trabalhadores é bastante importante, e nesse caso é necessário que o trabalhador se filie voluntariamente, para que haja um diálogo entre sindicato e trabalhadores, com a finalidade de que todos entendam o que o sindicato está construindo.

...não fazer pelos trabalhadores, mas fazer com os trabalhadores. (Diretoria Liberada do SISMMAC, 2016 - Informação verbal)

O site do SISMMAC apresenta que o seguinte propósito para atuação sindical “ao longo de toda sua história, consiste na organização do magistério pela busca da valorização e melhores condições de trabalho e, principalmente, na luta em defesa da qualidade da educação pública. (SISMMAC, 2010).

---

<sup>6</sup> O Imposto Sindical ou Contribuição Sindical trata-se de uma contribuição anual equivalente a um dia de trabalho, que todo trabalhador, filiado ou não, deve pagar ao sindicato de sua categoria, e está previsto na Constituição Federal de 1988 Capítulo III (artigos 578 e seguintes). É uma contribuição automática no setor privado, porém no setor público depende da iniciativa do sindicato para receber.

Os princípios que direcionam suas ações são:

Foco no trabalho de base, com ação nos locais de trabalho; Formação política; Autonomia em relação a partidos políticos e parlamentares; Independência frente aos patrões e governos; contribuir com a luta de outras categorias e no processo de reorganização da classe trabalhadora (SISMMAC, 2016).

Assim o Sindicato de Curitiba se preocupa com o bem-estar de seus sindicalizados, para melhores condições de trabalho, além de se engajar na manutenção da qualidade da educação.

### **3.4 SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA (SISMMAR)**

Segundo SISMMAR (2016) a organização sindical de Araucária foi criada no ano de 1986, em seguida obteve-se a primeira conquista a construção do “estatuto do Magistério” (Lei nº 673) um ícone que representa a evolução da carreira no âmbito nacional.

Com a aprovação da lei, os cargos dos profissionais do magistério foram estruturados no Quadro Próprio do Magistério em Pessoal Docente e Pessoal Especialista em Educação. Em relação à carreira, foram estabelecidas seis classes, designadas pelas letras A, B, C, D, E, F, cada qual com onze níveis de elevação por tempo de serviço e em função dos avanços em diagonal, resultantes dos critérios produzidos pelo aperfeiçoamento do professor ou especialista e respectivos vencimentos. (SISMMAR, 2016)

Ainda segundo dados da Coordenação de Comunicação do SISMMAR (2016) o SISMMAR representa professores e pedagogos da Rede Municipal de Araucária, que incluem professores da educação infantil e ensino fundamental 1º ao 9º ano. Assim como o SISMMAC o SISMMAR não representa os professores que entraram por concurso a nível de ensino médio, profissão que é denominada pelo município como “Educador Infantil”, estes profissionais são representados pelo Sindicato dos Servidores de Araucária (SIFAR). Porém ao contrário da Rede de Curitiba, os professores que ingressam na rede pelo concurso de nível superior podem optar por trabalhar na educação infantil, e estes, são representados pelo SISMMAC. (Informação Verbal).

No decorrer da história o SISMMAR tem papel importante perante a conquistas na luta para melhores condições de trabalho para o corpo docente, como em 1997, ano em que participou ativamente do debate sobre a elaboração do Plano

Municipal de Educação e em 2003, quando foi elaborado e aprovado em assembleia geral um novo PCCR.

Segundo Coordenação de Comunicação do SISMMAR (2016) o SISMMAR tem cerca de 28 anos representando o magistério de Araucária. No ano de 2011 houve uma reformulação no estatuto. Uma mudança significativa foi a de que este novo estatuto não traz a figura do presidente, e sim a do coordenador geral. (Informação verbal)<sup>7</sup>

O sindicato conta com três profissionais liberados, dois que possuem jornada dupla de 20 horas (totalizando 40 horas) e um com apenas uma jornada 20 horas.

Assim como o SISMMAC, o SISMMAR é contra o recebimento do imposto sindical, pois acredita que o profissional deve ter a opção de se filiar ou não a um sindicato. Conforme jornal SismMando<sup>8</sup> de abril de 2015, os professores da Rede Municipal de Araucária estão sendo obrigados a pagar o imposto, pois a Federação dos Servidores Municipais do Paraná (FESMEPAR) e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) entraram com uma ação judicial para o recebimento. O SISMMAR se coloca contra essa ordem judicial por não ver legitimidade da cobrança, pois o SISMMAR é filiado apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que conforme estatuto, em seu artigo 59, prevê a contribuição mensal de 3,8% das instituições filiadas.

Uma das formas de diálogo com a base é através de conselho de representante, que se reúne uma vez por mês com os representantes de cada escola e CMEI. Os conselhos têm uma finalidade debater assuntos relacionados a luta, mas também são momentos de formação, discussão de pautas locais (necessidade de cada escola), além das discussões específicas de cada categoria, visto que o SISMMAR representa professores da educação infantil, fundamental anos iniciais e fundamental anos finais, é definido que pautas específicas de categoria seja discutido pelo coletivo de cada uma.

... a gente tem diferentes ramos na mesma categoria, então a gente procura fazer também discussões específicas essas discussões elas acontecem através de coletivos. Então a gente tem o coletivo dos pedagogos, o coletivo dos aposentados... (Coordenação de Comunicação do SISMMAC 2016 - Informação Verbal)

Outra forma de comunicação entre sindicato e base são visitas nas escolas e

---

<sup>7</sup> Membro liberado - Coordenação de Comunicação do SISMMAR. Araucária, 2016.

<sup>8</sup> Trata-se do jornal distribuído pelo Sindicato de Araucária (SISMMAR) aos seus filiados.

jornais mensais distribuídos na escola e disponíveis on-line no site do SISMMAR.

#### 4. APRESENTANDO OS JORNAIS DOS SINDICATOS

Para a realização do mapeamento foram utilizados os jornais publicados no site do SISMMAR e do SISMMAC entre 2010 e 2016. Para sistematizar as informações foi realizado uma tabulação dos dados levantados nos jornais, no sistema Excel, com o intuito de organizar em categorias as ações elaboradas pela classe de trabalhadores do magistério público dos municípios, para alcançar o objetivo de cumprimento dos 33% de hora atividade, direito expresso pela lei do Piso Salarial Profissional Nacional da Categoria.

Para análise da presença do tema hora-atividade nos jornais utilizou-se as seguintes palavras chaves: Jornada de trabalho, hora-atividade, jornada, período reservado a estudos.

Como categorias de análise das notícias referentes à hora atividade considerou-se: o engajamento e conquistas por consequência da luta; os problemas encontrados tanto para o cumprimento da lei, quanto para sua manutenção; possíveis soluções para esses problemas; e, a ênfase que se dá ao assunto em cada publicação.

Outra forma de levantamento de dados foi por meio de entrevistas gravadas com dirigentes liberados de cada sindicato. A finalidade da pesquisa por meio de entrevista foi de analisar a mobilização dos respectivos sindicatos na luta pela categoria, e as ações que cada instituição tomou perante as administrações dos municípios com o intuito de pressionar para a ampliação da hora atividade conforme previsto na Lei Nacional, pois nas duas cidades já havia hora atividade antes da lei.

As primeiras edições pesquisadas do jornal do sindicato que representa o magistério da Rede Municipal de Curitiba, o SISMMAC, chamava-se “De Mãos Dadas - em defesa da escola pública”, e era organizado pela então gestão “É Tempo de Resistir e Conquistar”. Este jornal foi publicado até agosto de 2011, fim da gestão desse grupo. Percebe-se que durante esse período, o jornal se preocupava muito com a conscientização dos professores na luta pela valorização do magistério, com publicações voltadas à questão da carreira, saúde e condições de trabalho. Já neste período há uma mobilização voltada ao cumprimento da Lei do Piso em relação à hora atividade. Essas edições também possuem algumas matérias sobre a qualidade da educação.

Em junho de 2011 outra gestão foi eleita para representar a categoria, esta

nova gestão denominada “Novos Rumos - A alternativa de Luta”, e em setembro de 2011 a nova gestão mudou o nome do jornal para “Diário de Classe - Informativo do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba”, junto com essa mudança, houve uma mudança de postura do sindicato também, e isso já se vê nas primeiras edições. Percebe-se a preocupação na realização do trabalho de base, e além da preocupação da conscientização dos profissionais a se engajar na luta por melhores condições de trabalho, essa gestão se preocupa com a politização dos leitores, publicando matérias sobre o momento político do município, além de se preocupar também com pautas em relação ao avanço e melhoria da educação pública. Diretoria Liberada do SISMMAC (2016) diz que a gestão tenta passar para a categoria a ideia de um sindicato que está organizado para construir lutas e movimentos, para a realização de um trabalho político, ela define o jornal como um guia que toca as pautas da categoria. (Informação Verbal). O jornal possui matérias bem escritas, que se aprofundam nos temas propostos em cada assunto.

O jornal do sindicato da Rede Municipal de Araucária, o SISMMAR, é apresentado com o nome “Sismmando”, e ao contrário do jornal do SISMMAC ele se mantém com esse nome nas diversas gestões que passaram pelo sindicato durante o período analisado. Suas publicações dão bastante ênfase na luta da classe por melhores condições de trabalho, e são menos profundas nos temas, passando uma visão geral de cada ponto abordado na matéria. Percebe-se também a preocupação em falar sobre os avanços com relação a educação dos estudantes da rede municipal, como leis que surgem para melhorar a educação, por exemplo o Plano Nacional de Educação.

TABELA 2: JORNAIS DOS SINDICATOS, PERÍODO 2010-2016.

	SISMMAR	SISMMAC
Número de Jornais Analisados	41	72
Continham informação de Luta com a pauta Hora Atividade	32	53

Fonte: Jornais Sindicais, "SismMando" (SISMMAR 2010- 2016) e "De Mãos Dadas" e "Diário de Classe" (SISMMAC 2010 - 2016).

A Tabela 2 apresenta a quantidade de dados levantados nos jornais, entre abril de 2010 e agosto de 2016. No SISMMAC, foram encontradas 72 edições do jornal, sendo que em 41 delas há alguma referência relativa à luta pelo cumprimento da LEI Nº 11.738 de 2008, lei do Piso Salarial Profissional Nacional.

Quanto ao SISMMAR, foram encontradas 41 edições publicadas no período pesquisado, sendo que em 32 delas houve alguma menção a luta sindical pelo cumprimento da hora atividade.

A tabela 3 traz as formas de mobilização que foram identificadas nos Jornais dos sindicatos procurando evidenciar que ações estes utilizam para cobrar de suas administrações o cumprimento dos 33% de hora atividade previstos da Lei do PSPN. Foram divididos em 9 itens com o objetivo de classificar por assunto abordado, estes são: Discussão e Mobilização da Categoria, Hora Atividade na Pauta de Reivindicação, Campanha, Pressão e Discussão da Categoria com administração, Abaixo Assinado, Projeto de Lei de Iniciativa Popular, Mobilização para Greve, Greve e Ações Judiciais. Os tópicos listados foram escolhidos a partir do número de vezes que eles apareciam nas matérias dos jornais, selecionando as formas de mobilização que aparecem com mais ênfase. O mesmo jornal pode conter mais de uma forma de mobilização.

TABELA 3: MOBILIZAÇÃO PARA COBRAR CUMPRIMENTO DO PISO NACIONAL, REFERENTE A JORNADA DE TRABALHO.

	SISMMAC	SISMMAR
<b>Discussão e Mobilização da Categoria</b>	8	8
<b>Hora Atividade na Pauta de Reivindicação</b>	7	8
<b>Campanha</b>	4	2
<b>Pressão e Discussão da Categoria com ADM</b>	9	9
<b>Abaixo Assinado</b>	0	1
<b>PL<sup>9</sup> de Iniciativa Popular</b>	0	2
<b>Mobilização para Greve</b>	6	3
<b>Greve</b>	2	1
<b>Ações Judiciais</b>	2	0

Fonte: JORNAIS SINDICAIS, “SismMando” (SISMMAR 2010- 2016) e “De Mãos Dadas” e “Diário de Classe” (SISMMAC 2010 - 2016).

A partir deste panorama inicial passa-se a analisar de forma articulada o conteúdo dos jornais e das entrevistas, primeiro no caso do SISMMAC e depois do SISMMAR.

#### 4.1 ANÁLISE DE DADOS DO SISMMAC

Na análise do tópico “Discussão e Mobilização” da Categoria observa-se que o sindicato dos trabalhadores de Curitiba se preocupa em chamar a base para discutir quais serão os próximos passos a serem tomados para a conquista da hora atividade. Ainda na gestão da composição sindical “Em defesa da escola pública” no exemplar de setembro de 2010, começa a se abordar, ainda que discretamente, a necessidade de estender-se a hora atividade para  $\frac{1}{3}$  da jornada de trabalho. A questão é estender

<sup>9</sup> A PL é um Projeto de Lei de iniciativa popular que pode ser exercida através da apresentação à Câmara dos Deputados um projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles” (art. 61, § 2º, CF). (Brasil, 2016)

a hora atividade, pois na rede de ensino de Curitiba já havia no plano de carreira a previsão de 20% de hora atividade. No mês seguinte, outubro de 2010, houve uma Pré-conferência de Educação realizada pelo SISMMAC, onde uma das propostas debatidas foi a ampliação da hora atividade. Em Maio de 2011 o tema já aparece com mais visibilidade abordado na matéria “Hora-atividade tem que ser ampliada, já!”, que descreve um breve histórico da Lei do Piso, para que os leitores compreendam como se deu a construção da Lei e seus desdobramentos e reforça que, para o magistério municipal de Curitiba a principal decisão referente à Lei do Piso diz respeito ao aumento da hora-atividade para pelo menos um terço da jornada de trabalho (SISMMAC, abril 2011, p. 4).

O tópico Pauta de Reivindicação aparece trabalhando junto com o discussão e mobilização, entre 2011 e 2013, várias edições reforçam o que é a Lei do Piso, e o direito aos 33% de hora atividade. Durante esse período há também o envolvimento do sindicato com a repercussão que a ADIN, impetrada por governadores de alguns estados brasileiros contra a Lei do PSPN, o trecho abaixo exemplifica este envolvimento:

Em 11 de maio ocorreu o Dia Nacional de Mobilização, convocado pela CNTE. O Sismmac participou de ato conjunto com a APPSindicato, no Centro Cívico e, em seguida, junto com professoras da base da categoria, a direção sindical foi levar uma carta endereçada ao prefeito Luciano Ducci. (SISMMAC, 2011)

Após a ADIN ser indeferida pelo Ministro Joaquim Barbosa o magistério começa a se mobilizar para pressionar a administração municipal a ampliar a hora atividade. Na edição de dezembro de 2011, o jornal anuncia que o magistério terminará o ano em estado de greve. Neste período foi realizada uma reunião com a administração que teve como resultado o compromisso assumido pela prefeitura em atender algumas das reivindicações colocadas pelo magistério na matéria “Lutas e enfrentamentos com a Prefeitura”:

A pressão realizada pelos professores fez a Prefeitura atender parte das reivindicações. Para o próximo semestre, essas escolas terão ampliação da hora-atividade, permanência concentrada e diminuição da prática de substituição. (SISMMAC, 2011)

A partir de final de 2011, a prefeitura começou a negociar com o magistério a ampliação da hora atividade, que de 20% em uma jornada de 20 horas semanais, passaria para 33%, conforme previsto em Lei.

Foi uma negociação longa, que demandou muita luta no decorrer, pois mesmo a prefeitura tendo aberto para negociação, a implementação efetiva não foi rápida. As discussões e campanhas foram várias, até que em 2012 o magistério optou por uma greve da categoria por melhores condições de trabalho. Diretoria Liberada (2016) relatou que em 2012 o magistério tinha uma pauta de greve muito extensa e umas das questões era condições de trabalho, e entre estes pontos entra a ampliação da hora atividade. (Informação Verbal).

FIGURA 1: TEMA DA MATÉRIA DE MARÇO DE JORNAL SISMMAC



FONTE: [http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/54\\_108.pdf](http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/54_108.pdf) (2012, p. 3)

Entre várias conquistas da greve destaca-se que a prefeitura assumiu o compromisso de que a ampliação da hora atividade seria iniciada em maio de 2012. Assim, caberia agora a categoria fiscalizar esse processo para que não houvesse precarização das condições de trabalho durante esse tempo.

Não podemos aceitar a retirada de corregentes, nem o fechamento de turmas menores para “inchar” outras salas. (SISMMAC, abril de 2012)

Mesmo com o compromisso assumido a Prefeitura não cumpriu o prazo acordado, e adiou a ampliação da hora atividade para junho de 2012, afirmando não possuir profissionais o suficiente para efetivar a Lei. A garantia era que nenhum professor fosse prejudicado com falta de corregente e fechamento de turmas. O sindicato preocupado com isso, informou aos professores que fiscalizassem essa transição.

No início do ano, assumiram o compromisso de implementar os 33,33% de hora-atividade em todas as escolas até maio deste ano, sem qualquer perda de direitos. A administração adiou esse prazo para junho, mas reafirma que irá respeitar os direitos do magistério. A luta pelo cumprimento desse direito agora deverá ser feita prioritariamente nos locais de trabalho. Temos que fiscalizar essa implementação em cada escola, denunciar a falta de professores e cobrar da administração a vinda de novos. Para isso, é essencial buscar a organização, união e apoio de toda a comunidade escolar. (SISMMAC, 2013, p. 4)

Novamente passou o tempo e a prefeitura não cumpriu o prazo de ampliação até setembro de 2012. O sindicato juntamente com a base continuava a se mobilizar para pressionar a prefeitura. A edição de setembro de 2012 traz o tema “Prefeitura Descumpre Acordo sobre Hora Atividade” e diz:

Ao contrário do que prometeu ... a Prefeitura não cumpriu sua palavra e não colocou em prática todas as ações que garantiriam a ampliação da hora-atividade ainda em 2012. Entre as ações acordadas, estava a realização do concurso para Docência I e a convocação de todos os aprovados... se comprometeu a abrir novas vagas de RIT, caso o número de aprovados não fosse suficiente... até agora, passados mais de um mês do início do semestre, a Prefeitura não cumpriu por completo nenhum dos compromissos assumidos em Mesa de Negociação. Além disso, ao invés de se empenhar para alcançar os 33,33% em 2012 conforme acordado com o Sindicato, a administração preferiu anunciar para o magistério uma nova meta – de apenas 29% em 2012 –, que não foi aceita, nem sequer apresentada ao SISMMAC durante as negociações. O descumprimento do acordo é mais um exemplo de que só com mobilização e pressão constante do conjunto da categoria conseguiremos fazer com que nossos direitos saiam do papel. (SISMMAC, set. 2012).

Além de não cumprir o combinado, administração estipulou nova meta, que ao invés de 33% rebaixou para 29%, tempo que não está de acordo com a Lei Nacional. Diretoria Liberada do SISMMAC (2016) diz que em 2012 era o início da hora atividade de 29 %, que era cumprido em um dia inteiro, e mais duas 2 horas, em outro dia, totalizando 6 horas semanais. (Informação Verbal). Assim, as campanhas e mobilização continuaram, pois segundo o jornal do SISMMAC, a Prefeitura torna oficial a decisão de que não havia intenção da administração de cumprir o acordo em 2012.

A quebra do acordo, infelizmente, reforça o sucessivo descaso da administração com a qualidade da educação e com as professoras e professores que foram à luta para garantir a ampliação da hora-atividade por entenderem que o tempo extraclasse é essencial para melhorar a educação dos nossos alunos. (SISMMAC, out, 2016)

FIGURA 2: QUADRO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO SUMPRIDOS PELA PREFEITURA. Set. 2012

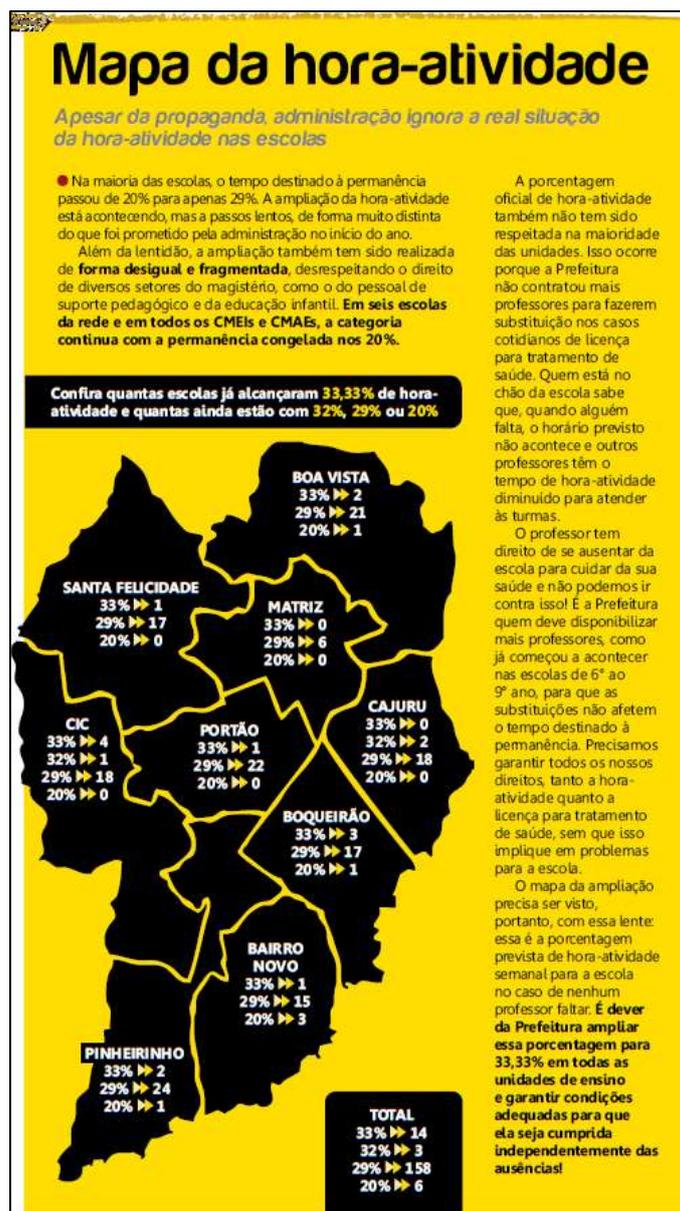
<b>Prometeu, é LEI, tem que cumprir!</b>	
<b>COMPROMISSO ASSUMIDO</b>	<b>REALIDADE</b>
Assumi o compromisso de contratar todos os professores aprovados no concurso para Docência I	Até agora, nomeou 600 dos 928 professores aprovados no concurso, sem apresentar qualquer justificativa para a redução
Afirmou que tomaria todas as medidas para que os 33,33% fossem alcançados ainda em 2012 e registrou em ata que "a cogitação desse calendário se estender a 2013 considera tão somente a hipótese de não se poder atingir este intento ainda em 2012"	Na prática, tenta adiar a todo custo o cumprimento da Lei. Além de entrar com recurso na Justiça, também tentou fazer com que algumas escolas assinassem em ata que aceitam que a hora-atividade seja ampliada para apenas 29% em 2012
Registrou em ata o compromisso de apresentar ao SISMMAC os dados sobre o número de aprovados. Afirmou também que iria buscar "todo o número possíveis de RIT disponíveis para avanço da implementação da hora-atividade ainda em 2012"	Só depois de o SISMMAC ter enviado dois ofícios cobrando explicações e exigindo a realização de uma reunião, a Prefeitura respondeu e propôs uma data no final de setembro

FONTE: [http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/63\\_126.pdf](http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/63_126.pdf) (2012, p. 6).

A figura 2 explica quais foram os compromissos assumidos pela prefeitura com a finalidade de cumprir a Lei, observa-se que a prefeitura assumiu o compromisso de contratar mais professores aprovados no concurso, cumprindo apenas uma porcentagem do acordado. Assumi e registrou em ata que não cumpriria a Lei do Piso em 2012, e estendeu o prazo para 2013, não estendeu o contrato por RIT (Regime Integral de Trabalho), uma das formas propostas para se ter condições de cumprir os 33%, e que sem explicações também não foi cumprida.

Na edição de outubro de 2012, o SISMMAC apresenta um mapa (figura 3), dividido em regionais, expondo quantas escolas já cumpriam a Lei integralmente, quantas cumpriam parcialmente e quantas não cumpriam.

FIGURA 3: MAPA DA REDE SOBRE HORA ATIVIDADE Out. 2012



FONTE: Jornal SISMMAC <[http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/64\\_128.pdf](http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/64_128.pdf)>(2012, P. 4)

Analisando o mapa, visualiza-se que no final de 2012 apenas 14 escolas conseguem realizar hora atividade de 33%, enquanto 158 escolas cumprem 29%, e ainda 6 escolas fazem apenas 20% de hora atividade em uma jornada de 20 horas semanais. Os jornais de novembro de dezembro incluem, mais uma vez, em sua pauta prioritária a efetivação da hora atividade integral para 2013.

O ano de 2013 começou com mobilização do magistério nas escolas por melhores condições de trabalho, foi realizado o trabalho de panfletagem para conscientizar os pais da importância pela valorização dos professores.

FIGURA 4: CAPA DO JORNAL DE MARÇO DE 2013



FONTE: [http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/69\\_140.pdf](http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/69_140.pdf) (2013, p. 1)

Para Diretoria Liberada (2016) os anos de 2012 e 2013 marcam o começo da ampliação da hora atividade. Esta foi ampliada de 20% para 29% e para que fosse cumprido integralmente o previsto na lei seria necessário a contratação de mais profissionais. A entrevistada destaca que em 2013 houve a contratação de 1.000 à 1.500 profissionais, os dados não são precisos, pois naquela época a gestão não passava essas informações, para conseguir os dados era necessário muito enfrentamento (informação verbal).

Em 2014 houve a aprovação de um novo Plano de Carreira, onde foi garantido, em seu artigo 5º, o cumprimento do  $\frac{1}{3}$  de hora atividade para todos os

professores do município de Curitiba:

1° Na composição da jornada de trabalho deverá ser reservado, no mínimo, 1/3 da carga horária para estudos, planejamento e avaliação, sem interação direta do Profissional do Magistério com os alunos, segundo as definições decorrentes das metas nacionais de valorização do Profissional do Magistério. (CURITIBA, 2014).

A luta da classe não termina, pois há sempre a preocupação pela manutenção dessa conquista, além disso a hora atividade não se estendeu para todos os profissionais da categoria, os pedagogos não têm o direito aos 33%.

Parte da categoria ficou sem essa hora atividade, a justificativa da prefeitura para isto é que a administração entende que a hora atividade é um tempo extraclasse, e o trabalho do pedagogo já é um trabalho sem contato direto com o aluno, entendendo que estas profissionais realizarem a função de outra natureza. Porém aos olhos do SISMMAC é bastante firme entendendo que os pedagogos também precisam de um tempo para estudo reservado na sua carga horária semanal. (Diretoria Liberada do SISMMAC, 2016. Informação Verbal). Um exemplo da necessidade do tempo de hora atividade para formação continuada dos pedagogos é destacado pelo entrevistado:

o SISMMAC iniciou um curso de extensão junto da Universidade. A universidade ofereceu um curso para os professores pedagogos sindicalizados do SISMMAC, durante o ano todo foram quatro módulos que a gente teve, e a gente teve dificuldade para os pedagogos virem, inclusive porque tem essa dificuldade, tem pouco pedagogo e eles não terem respeitadas esse tempo para estudo, mas essa é uma briga que a gente tem que levar, e a gente tem que ir buscando né, puxando e batendo bastante. (Diretoria Liberada do SISMMAC, 2016. Informação Verbal)

Além dos pedagogos, até o ano de 2017, os professores da educação infantil também não possuem o direito de realizar os 33% de hora atividade. Estes profissionais entram na rede por um concurso a nível de ensino médio, ao contrário dos professores de ensino fundamental que tem como pré-requisito o nível superior completo, desta forma a rede possui dois planos de carreira diferentes para seu magistério. A luta do sindicato que representa a categoria de professores da educação infantil, o SISMUC, tem sido pela isonomia do magistério municipal.

Ao fim da análise do magistério de Curitiba percebe-se que houve um empenho muito grande por parte do representante sindical no trajeto até a conquista do cumprimento dos 33% de hora atividade. A luta não acabou, pois os 33% não se

cumprem com homogeneidade na rede, o plano de carreira do magistério dos professores do ensino fundamental não reconhece a pedagoga como profissional de direito ao planejamento de suas atividades. Já os professores da educação infantil ainda não possuem o tempo de  $\frac{1}{3}$  para hora atividade, mas o plano de carreira da categoria prevê a ampliação gradual de  $\frac{1}{5}$  para  $\frac{1}{3}$ , conforme 5º capítulo do plano:

1º Na composição da jornada de trabalho deverá ser reservado, no mínimo,  $\frac{1}{5}$  (um quinto) da carga horária para estudos, planejamento e avaliação, proporção essa a ser gradualmente ampliada até atingir o limite de  $\frac{1}{3}$  (um terço), mediante cronograma a ser estabelecido em Decreto e considerando as limitações de natureza orçamentária e administrativa incidentes. (CURITIBA, 2014)

Além da luta por esses profissionais, a luta pela manutenção da hora atividade é grande, o sindicato e o magistério sempre devem estar atentos, cobrando a administração pela contratação de novos profissionais para substituir os exonerados e aposentados, e também que haja professores que substituam os que adoecem, sem tais medidas pode não ser possível garantir que todos os professores possam reservar o tempo de hora atividade para planejar suas aulas.

## 4.2 ANÁLISE DE DADOS DO SISMMAR

Na investigação dos jornais e entrevista do sindicato do magistério municipal de Araucária observa-se um engajamento semelhante ao sindicato do magistério de Curitiba para o cumprimento da lei do PSPN. A tabela 3 mostra que dos jornais analisados, a discussão com a categoria se mostra importante para o SISMMAR, sendo uma pauta que aparece com frequência nos jornais.

A trajetória para alcançar o objetivo dos 33% de hora atividade é grande, o SISMMAR em abril de 2011, conforme figura 5, publicou uma nota em seu jornal informando aos profissionais do magistério a legalidade da Lei, e o descumprimento por parte do município.

FIGURA 5: NOTA JORNAL SISMMANDO

### **Jornada Nacional Pelo Piso e Carreira:**

No dia 16 de agosto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) convoca suas entidades filiadas – incluindo o Sismmar - para discutir a implementação do PSPN/Lei 11.738 e a carreira docente. Haverá uma nova paralisação nacional nos estados e municípios. Estes organizarão atividades como atos públicos, audiências, assembleias para acentuar a luta pelo piso. Nesta data, a proposta do Sismmar é fazer uma Assembleia da categoria para discutir a proposta do executivo para aplicação da lei. Também está prevista uma audiência com o Legislativo para apresentar as emendas da categoria à proposta do Executivo.

“Em Araucária, a luta agora é pela aplicação de 1/3 de hora-atividade, uma vez que a categoria já conquistou o valor referente ao Piso Nacional. Também estamos na luta pela melhoria nas condições de carreira com a reforma do PCCV Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e, portanto, também organizaremos mobilizações para defendê-lo”, disse a presidente do Sismmar, Giovana Piletti.

FONTE: <http://www.sismmar.com.br/publicacoes/pagina/8?filtro=jornal> (2011, p.8).

No decorrer dos anos, a luta foi progressiva, a categoria se mobilizou de diferentes formas. Na figura 6 há recortes de jornais de diferentes anos mostrando que a categoria sempre se encontra ativa na luta pela valorização do magistério. Em 2012 foi realizado um abaixo assinado com a demanda de ampliar a hora atividade. Em junho de 2013 o jornal traz informações sobre uma comissão organizada que estuda uma proposta pedagógica visando a ampliação da hora atividade no município, segundo o levantamento realizado pela comissão, para que a ampliação ocorresse seriam necessários a contratação de 30 professores para a educação infantil, e 129 professores para ensino fundamental, além de projetos que incluam o trabalho de um professor de artes, educação física, literatura e ciências práticas em laboratório. Novamente isto não resolveu a questão, e, em 2013 houve greve dos funcionários públicos de Araucária, segundo o jornal, edição outubro de 2013, foram 13 dias de greve, em que todo o funcionalismo municipal parou suas atividades, a decisão de greve foi tomada, pois o prefeito Olizandro Ferreira não dialogava com os funcionários. Portanto a mobilização apesar de incluir a questão da hora atividade era mais ampla.

Em 2014 houve novo movimento para greve, porém a categoria optou pelo estado de greve, não se desenrolando para uma paralisação dos trabalhos.

FIGURA 6: RECORTES DE JORNAIS DA LUTA CRONOLOGICAMENTE

JORNAL DO SISMMAR | www.SISMMAR.com.br | 30ª Edição Maio | 2012

Negociações **SismMando** 3

## Abaixo-assinado do Sismmar pressionará Executivo a cumprir ampliação da hora-atividade



Supremo Tribunal Federal (STF), é totalmente constitucional, mas ainda é grande o número de gestores que insiste em desrespeitá-la, como, por exemplo, o prefeito de Araucária, que não aplica a jornada de trabalho com um 1/3 de hora-atividade.

número de pessoas nesta campanha que será divulgada para toda a sociedade araucariense. "As assinaturas não ficarão restritas à comunidade escolar - professores, funcionários, alunos e pais de alunos. Vamos enviá-los às escolas, mas também para outros espaços e

JORNAL DO SISMMAR | www.SISMMAR.com.br | 41ª edição | Outubro 2013

4 **SismMando**

História

### Dias de intensa mobilização

Dia 4. O movimento centrou-se nas unidades de serviço público, para convencer aqueles que ainda hesitam.

Dia 7 e 8. No final de semana, instalou acompanhamento no frente da Prefeitura e realizou vigília até o fim da greve.

Dia 12. O Coletivo de Aposentados leva para o acompanhamento a Seminários sobre o Estatuto e o Vínculo contra o Povoado Alvo.





**ESTADO DE GREVE**

- Pagamento das promoções e das progressões
- Deferimento dos avanços da Docência I
- Hora-atividade de 33,3% da jornada
- Equiparação de aposentados
- Melhores condições de trabalho
- Respeito à data-base

*Impunidade Coletiva*

FONTE: <http://www.sismmar.com.br/publicacoes/pagina/8?filtro=jornal> (2012, p. 3.2014, p. 2 2016, p. 2)

As figuras 7 e 8 mostram as mobilizações mais recentes que a categoria elaborou, dando continuidade a luta pelo cumprimento da Lei do Piso, por meio de debates com a secretaria da educação do município em 2015, e, em 2016, mostrando que o interesse continua sendo manter o diálogo e estudar uma forma eficaz para que a Lei da jornada de trabalho seja cumprida.

FIGURA 7: DIÁLOGO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM 2015.

JORNAL DO SISMMAR | www.SISMMAR.com.br | 56ª edição | Agosto 2015

2 **SismMando**

Campanha de Lutas

## Sismmar e Smed debatem reivindicações

Reuniões mensais foi o único avanço nas tentativas de negociações realizadas no 1º semestre

Nas tentativas de negociação com a administração municipal, um dos poucos avanços obtidos foi o compromisso de realizar reuniões mensais entre a Secretaria da Educação e o Sismmar.

**Eleição de Diretores**  
A grande novidade trazida à categoria é que o curso para os candidatos não serão mais aos sábados. Ocorrerão no período da noite, no mês de agosto.

agosto deverá ser formada a comissão que irá encaminhar o procedimento.

O Sismmar vai participar da comissão, representado pelas professoras Giovana Piletti e Eloisa Helena Grilo.

menção na rede.

A Smed se comprometeu em formar um grupo de estudos para realizar um levantamento da carência de profissionais nas unidades educacionais, já consideramos Cmetis.

A boa notícia foi o chamamento, já no início de agosto, de 19 professores, cinco pedagogas e mais quatro atendentes para substituir quem se aposentou e

FONTE: <http://www.sismmar.com.br/publicacoes/pagina/8?filtro=jornal> (2015, p.2)

FIGURA 8: DIÁLOGO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM 2016

JORNAL DO SISMMAR | www.SISMMAR.com.br | 60ª edição | Fevereiro 2016

2

**SismMando**

Reivindicações

## **Sismmar insiste em negociar com a Smed**

### **Mas dirigentes sindicais voltam sem encaminhamentos concretos**

O Sismmar tem tentado manter reuniões mensais com a secretária Janete Schiontek. Porém, o que se observa é a falta de empenho para encaminhar soluções a questões apresentadas.

No dia 15 de fevereiro ocorreu o encontro mais recente. As dirigentes do Sismmar Eloisa Helena Grilo e Giovana Pilleti foram buscar respostas às pautas discutidas desde o ano passado.

Voltaram se qualquer proposta concreta. No máximo, conseguiram um "vamos avaliar". Nada afirmativo.

**Substituições**

A categoria espera há um ano a regulamentação do procedimento para distribuir aulas a professores substituídos. Propõe também que as aulas sejam dadas aos profissionais com mais experiência na rede.

A resposta foi de que o secretário de Gestão de Pessoas avaliou que a conjuntura

organização da jornada nos anos finais.

O Sismmar já elegeu na assembleia de dezembro os quatro representantes dos professores. O governo municipal precisa definir dois membros indicados pela Smed, um pela Procuradoria Geral do Município e um pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

A partir de então, bastará chamar a reunião e colocar no papel. Não há mais o que enrolar.

**Hora-atividade**

A Smed deve agendar logo reunião para formar a comissão que proporá uma forma de ampliar a hora-atividade para 33,3% da jornada.

Disseram que primeiro irão finalizar as nomeações dos contratados pelo Processo Simplificado de Seleção - PSS.

A hora-atividade de um terço da jornada é descumprida desde 2008. Para le-

vantar as informações necessárias à sua implantação, foi criada comissão, com quatro representantes do Executivo (Smed, Seplan, PGM e Gestão de Pessoas) e mais quatro do magistério.

Esta comissão deverá atualizar os dados levantados em 2013, quando o prefeito Olizandro havia prometido adotar a hora-atividade prevista na Lei do Piso. Na época, foi observado o número de

profissionais que deveriam ser contratados para a Docência I e o impacto financeiro. Porém faltou vontade política para avançar a proposta.

Espera-se que esta nova comissão atualize as informações e defina um calendário para a implantação dessa hora-atividade. No entanto, já alertamos que o respeito ao calendário vai depender da disposição de mobilização da categoria.

**Negociações**

A direção sindical também pretende manter com a Smed um calendário de reuniões para tratar das questões que continuamente afetam a categoria. O Sismmar irá propor por ofício se a secretária irá responder em seguida.

**Avanços**

A direção sindical já solicitou à secretária da Educação que seja informado à categoria o valor atualizado da dívida contraída com os servidores ao não pagar os avanços verticais e horizontais na carreira. A categoria quer um cronograma de pagamento para que sejam regularizados os avanços.

Janete se comprometeu a intermediar uma conversa neste início de ano com as secretarias envolvidas. O Sismmar protocolou ofício com este pedido junto à Prefeitura Municipal. Ainda não obteve resposta, nem da secretária, nem do Paço Municipal.



FONTE: <http://www.sismmar.com.br/publicacoes/pagina/8?filtro=jornal> (2016, p.2)

A figura 9 informa aos professores sobre o Projeto de Lei de iniciativa popular (PL), com a finalidade de modificar dois artigos do Plano de Carreira, um deles diz respeito a hora atividade, que de 20% da jornada de trabalho, passará para 33%, conforme Lei do PSPN.

FIGURA 9: PL DE INICIATIVA POPULAR

JORNAL DO SISMMAR | [www.SISMMAR.com.br](http://www.SISMMAR.com.br) | 64ª edição | Agosto 2016

**5** **SismMando**

*Hora-Atividade*

## **PL de iniciativa popular precisa de 4,5 mil adesões**

**Basta que cada professor/a colete 3 ou 4 assinaturas**

Se a administração pública de Araucária não toma iniciativa para ajustar a lei municipal à lei nacional, no que se refere à hora-atividade, o magistério assume este encargo.

Neste semestre, a categoria está recolhendo apoio para fazer tramitar um projeto de lei de iniciativa popular.

A proposta pretende modificar dois artigos da Lei 1835, do Plano de Carreira dos professores. Um para definir no PCCV a hora-atividade

de um terço da jornada. Outro, para estabelecer em lei a hora-aula de 50 minutos nos anos finais.

Para o projeto de iniciativa popular poder tramitar, é necessário recolher as assinaturas de pelo menos 5% dos eleitores. Como Araucária tem 86.812 eleitores aptos para a eleição deste ano, são necessárias 4341 assinaturas.

Consideramos que, com um pouco de empenho de cada sindicalizado, não seja

difícil alcançar a meta. Bastaria que cada filiado se encarregasse de buscar três ou quatro assinaturas.

Estas assinaturas (ou marcas digitais) de apoio ao projeto precisam ser qualificadas, apresentando o número do título de eleitor, a seção da 50ª zona eleitoral e o endereço do/a eleitor/a de Araucária.

Por estarmos em um ano eleitoral e por, possivelmente, termos novos representantes eleitos na Câmara Municipal, este projeto de lei possivelmente tramitará na próxima legislatura.

**Ouçã o programa**

FONTE: <http://www.sismmar.com.br/publicacoes/pagina/8?filtro=jornal> (2016, p.5)

Coordenação de Comunicação do SISMMAC (2016) relata:

A gente já fez greve, mobilizações, campanha de lutas, projeto de iniciativa popular, abaixo assinado, acho que todos os instrumentos possíveis que a gente tinha para defender a questão da hora atividade, fomos em comissões, fizemos estudos, protocolamos processos, temos um processo na justiça reivindicando isso,... todas as estratégias possíveis que a gente podia fazer a gente fez nesses últimos 4 anos, e nem assim foi suficiente para o governo contratar mais pessoas, então, esse ano encerrou o concurso aberto, para que ela seja implementada no ano que vem vai ser preciso abrir outro concurso. (Coordenação de Comunicação do SISMMAC, 2016, Informação Verbal)

Portanto, mesmo com grande mobilização a hora atividade em Araucária ainda não é cumprida nos termos da Lei Nacional do PSPN, continuar em vigor o previsto no Plano de Carreira do Magistério do município, que define no Capítulo 9

Art. 46:

A jornada de trabalho do integrante do Quadro Próprio do Magistério Público Municipal é de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único: O percentual de hora atividade em docência é de 20% (vinte por cento) da jornada de trabalho. (ARAUCÁRIA, 2008)

Conforme relato de Coordenação de Comunicação do SISMMAC (2016), para que a hora atividade seja ampliada em Araucária são necessários ajustes, como contratação de pessoal, porém mesmo dialogando com a prefeitura e realizando mobilizações diversas, segundo informações do sindicato, a administração municipal não está disposta a negociar essa pauta neste momento.

Embora na Rede Municipal de Araucária a Lei do Piso, no que diz respeito a hora atividade não seja cumprida, a categoria teve uma grande conquista, em ampliar esse direito a todo quadro do magistério, tanto da educação infantil quanto do ensino fundamental, incluindo as pedagogas. A categoria e o sindicato consideram importante a conquista desse direito, pois conforme publicação de abril de 2010, a reivindicação surgiu diante da necessidade de formação específica para estes profissionais, pois a eles incumbia-se a tarefa exclusiva de coordenar a hora-atividade do professor.

O SISMMAR sempre buscou através do Coletivo de Pedagogos e Pedagogas primar pelo planejamento participativo, pela unidade no trabalho e pelo fortalecimento da identidade profissional. Na última reunião realizamos coletivamente o Plano de Ação anual para o coletivo e firmamos parceria com a Universidade Federal do Paraná para a assessoria pedagógica e política do Coletivo. (SISMMAR, 2010)

Um dos possíveis motivos pelo qual essa conquista possa ter se efetivado é porque o SISMMAR representa a categoria toda em Araucária, ao contrário do SISMMAC que representa as pedagogas e professores do ensino fundamental, sendo que os professores da educação infantil são filiados ao SISMUC, que é o sindicato dos servidores públicos. Tal fato pode contribuir para que haja maior força na luta pela demanda específica da hora atividade que tem relação com a natureza do trabalho docente.

Por outro lado, o fato da hora atividade ser apenas de 20% da jornada e mesmo com toda a luta da categoria não haver qualquer indicação da Prefeitura em atender ao disposto na Lei do PSPN é explicado pelo dirigente do SISMMAR da seguinte forma:

O Sindicato avalia que um dos problemas com o orçamento é a má gestão. Dinheiro tem, mas há excesso de cargos comissionados, discrepâncias salariais

afetando a folha de pagamento. Para o sindicato é possível implementar a hora atividade de 33% como política prioritária, porém o governo anterior não fez nada. (Coordenação de Comunicação do SISMMAC, 2016, Informação Verbal).

Diferente de Curitiba, a situação em Araucária não chega a consolidar o direito dos profissionais do magistério à hora atividade. Ainda que parcialmente exista o direito, a luta do sindicato ainda está em processo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hora atividade é fundamental para que o professor possa cumprir sua função de maneira eficaz.

Tardif e Lessard (2014, p.112) afirmam que o trabalho do professor decorre de um trabalho responsável e autônomo e do envolvimento que este profissional tem como a profissão. Eles entendem que se trata de uma atividade interpessoal, que exige envolvimento afetivo, um trabalho de limites imprecisos que varia de acordo com o contexto dos indivíduos e das circunstâncias apresentadas em cada modelo social. Portanto, em uma jornada de trabalho, o tempo utilizado por diferentes professores será distinto, podendo variar dependendo de fatores como a experiência do professor ou ainda as circunstâncias sociais e culturais onde este trabalha.

Para que as aulas tenham qualidade é necessário que o professor se preocupe com a pluralidade em sala de aula, e pense em uma aula onde possa abranger as especificidades e individualidade de cada aluno, portanto o professor deve dispor, em sua jornada de trabalho, de um tempo extraclasse reservado para o estudo e planejamento. Tardif e Lessard (2014, p. 212) interpretam esse momento como “uma fase (pré-ativa) de estruturação da matéria a ser ensinada, de organização das atividades de ensino e aprendizagem, bem como de preparação do material pedagógico”.

A conquista da hora atividade depende de vários elementos, um destes é a unidade entre os profissionais do magistério em frente à luta por melhores condições de trabalho, ter um representante em forma de instituição sindical é um instrumento importante, pois ele toma frente às necessidades da categoria. Fernandes e Rodrigues (2010) definem organização sindical como a união dos trabalhadores e tem como objetivo defender os direitos trabalhistas e lutar por melhores condições de trabalho. Nos casos analisados encontrou-se grande preocupação com a unidade dos trabalhadores nas diretorias de cada sindicato, porém também encontrou-se dificuldades para efetivação de direitos, o que revela que a melhoria das condições de trabalho também depende de outros fatores.

Chiroque (2010) define que a organização sindical dos trabalhadores da docência formal pode abranger diferentes composições tais como: os que exercem cargos na educação infantil, primária, secundária, superior não universitária e/ou

superior universitária, de diferentes níveis educativos. Seu objetivo é defender as condições de trabalho e de ensino, portanto esta categoria toma posição não apenas acerca da representação do trabalhador, mas também diante das políticas educativas. Portanto Chiroque apresenta o papel do sindicato relacionando-o com condições de trabalho: políticas de contrato e/ou nomeação; defesa de estabilidade laboral; salários e poder aquisitivo; relações laborais; estatuto docente, além de incluir o tema avaliação, condições e qualidade de ensino, políticas educativas: gratuidade da educação, orçamento educativo e gestão educativa.

Refletindo sobre as definições que os autores trazem sobre o papel do sindicato avalia-se que o trabalho e a associação ao sindicato da categoria docente se fazem necessária para melhores condições na educação brasileira.

Ao avaliar o trabalho realizado com os jornais dos municípios de Curitiba e Araucária pode-se afirmar que estes materiais foram fonte de pesquisa eficazes por conter cronologicamente dados sobre o objeto de pesquisa, que é a luta pelo cumprimento dos 33% de hora atividade na jornada semanal docente. As matérias são bem escritas e explicam com clareza o objetivo das lutas, tem o poder de informar e esclarecer ao seu público o processo de luta. É importante destacar nesse momento que se optou pelo contato com os sindicatos, portanto o olhar desta pesquisa está sob a perspectiva da classe trabalhadora e seu representante sindical, pois não houve contato com as administrações municipais analisados, sendo assim a pesquisa não apresenta a perspectiva das administrações dos municípios analisados no que se refere ao processo de hora atividade, desde a sanção do PSPN até o fechamento da análise.

Os sindicatos SISMMAR e SISMMAC possuem conjunturas que se equivalem, e desde 2010 até 2016 realizam intensa luta, através dos jornais e das entrevistas nota-se reivindicações e formas de luta semelhantes, os jornais trazem discussões com a base, campanhas junto com a base para lutar pelo cumprimento da lei, os dois sindicatos tem a vontade de manter o diálogo com a administração, e quando este diálogo não acontece, os dois recorrem à justiça como forma de reivindicar. Nota-se que o sindicato de Araucária encontra mais resistência da parte da prefeitura e recorre a duas formas que o SISMMAC não chega a realizar, que são os abaixo assinados e Projeto de Lei de Iniciativa Popular, duas formas de luta que contam com a ajuda de outros atores sociais da cidade.

Embora as iniciativas de luta sejam parecidas, e os municípios tenham alta

capacidade financeira, para o cenário brasileiro, percebe-se que as prefeituras dos municípios possuem gestões com prioridades díspares, sendo assim os resultados encontrados foram diferentes. Enquanto os professores da Rede de Curitiba já foram enquadrados na lei, e a hora atividade já foi ampliada de 20% para 33%, a Rede de Araucária ainda não conquistou esse direito. Em contrapartida em Araucária, ainda que seja realizada hora atividade de 20% a conquista a hora atividade se estende a docentes que atuam educação infantil (que entraram por meio de concurso a nível superior), ensino fundamental e pedagogos, porém, a gestão municipal não se compromete com a expansão.

Já o magistério de Curitiba não conseguiu estender o direito a hora atividade a todos os profissionais. Os pedagogos não são vistos pela administração como profissionais de direito a hora atividade, assim as conquistas sindicais não se estendem a toda a categoria, ainda que o SISMMAC tenha como objetivo alcançar esse direito as pedagogas, sendo pauta de reivindicação, até o fim da pesquisa os 33% de hora atividade ainda não havia se estendido aos pedagogos. Apesar de ser uma reivindicação legítima do sindicato, considerando a definição de Tardif e Lessard (2014) sobre a natureza do trabalho docente e a pertinência da hora atividade poderia-se relativizar a adequação desta reivindicação para os pedagogos, este tema abre possibilidades para outras pesquisas.

Embora as conquistas dos sindicatos pesquisados sejam diferentes, elas são efetivas, então, a forma de se organizar como sindicato por uma categoria é importante. Ações para assegurar melhores condições de trabalho, salários justos, além de agir em políticas públicas educacionais, lutando pela qualidade do ensino público, e realizando políticas educativas. Sem essas organizações é provável que a educação pública estaria mais precarizada e a profissão docente, estaria ainda mais frágil.

## REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. LEI N° 1835/2008. Institui e disciplina de cargos e carreira e vencimentos do quadro próprio do Magistério de Araucária. Cap. IX Art. 46 e Parágrafo Único Araucária, 2008. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/araucaria/lei-ordinaria/2008/183/1835> Acesso em: 27/01/2017

ARAUCÁRIA. Portal Araucária. Disponível em: <<Http://www.araucaria.pr.gov.br/portal/pagina.php?pagid=18>> Acesso em: 24 de out. 2016.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm) >. Acesso em: 25/05/2016.

BRASIL, Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF 1996. Disponível em: < [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) > Acesso em: 30/05/2016.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008a. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008. Disponível em: < [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm) >. Acesso em: 19/05/2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) > Acesso em: 19/05/2016.

BRASIL. Ementa Constitucional n° 53, de 19 de dezembro de 2006. Da nova redação aos art. 7°, 23, 206, 208, 211, 112 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm](Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm)> Acesso em: 30/05/2016,

BRASIL. Decreto n° 19.770 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, RJ, 1931, 110° da Independência e 43° da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)> Acesso em: 19 de mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <[ttp://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](ttp://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> Acesso em: 11 de out. 2016.

BRASIL. Lei que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm)> Acesso em: 13 de mai. de 2016

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Disponível em:  
<<Http://www.cnte.org.br/index.php/tabela-salarial.html>> Acesso em: 14 dez. 2016

CURITIBA. LEI N° 14544 de 11 de novembro de 2014. Institui o Plano de Carreira do Profissional do Magistério de Curitiba. Cap. II § 1°. Curitiba, PR, nov. 2014.

CURITIBA. Cidade do Conhecimento. Disponível em:  
<<Http://multimidia.educacao.curitiba.pr.gov.br/2016/9/pdf/00120945.pdf>> Acesso em: 20 de out. 2016.

CURITIBA. Portal de Curitiba. Disponível em:  
<<Http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174>> Acesso em: 20 de out. 2016.

CHIROQUE, S. **Sindicato docente**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

DOURADO. L.F. **Valorização dos profissionais da educação Desafios para garantir conquistas da democracia**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan. / jun. 2016.

FERNANDES, M. D. E.; RODRIGUEZ, M.V. **O processo de elaboração da Lei N. 11.738/2008 (Lei do piso salarial profissional nacional para carreira e remuneração docente: trajetória, disputas e tensões)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.41, p. 88-101, mar 2011.

FERREIRA, M.O.V. **Sindicalismo docente**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

FERREIRA. G. S. **O profissional da educação na Constituição Brasileira** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 189-199, jan. / jun. 2016. Disponível em:  
<<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 11/10/2016.

GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T.M. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 6, n. 10, p. 185-197, jan./ jun. 2012. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> 185

GOUVEIA, A, B.; FERRAZ M. **Educação e Conflito: luta sindical docente e novos desafios**. Curitiba: Appris, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:  
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410690>> Acesso em: 12/12/2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br>> Acesso em: 20 de Out. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)> Acesso em: 09/12/2016,

JÚNIOR, A.F.; BITTAR, M. **O Novo Sindicalismo e os docentes**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

LEIS MUNICIPAIS. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2014/1458/14580/lei-ordinaria-n-14580-2014-reestrutura-a-carreira-dos-profissionais-da-educacao-infantil-da-prefeitura-municipal-de-curitiba>> Acesso em: 09/01/2017.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 2010.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009. Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Disponível em:

<[Http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_cne\\_ceb002\\_2009.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2016.

NORONHA. M. I. A Diretrizes nacionais de carreira e PSPN. Novos marcos aos profissionais da educação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 57-73, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 24 de out. 2016.

PALAMIDESSI, M. **Sindicatos na América Latina**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PARANÁ. Secretaria da Educação. Disponível em:

<[Http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp](http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp)> Acesso em: 24 de out. 2016.

PARANÁ. Portal da Transparência. Disponível em:

<[http://multimedia.transparencia.curitiba.pr.gov.br/funcionarios/relacao\\_cargos\\_efetivos\\_preenchidos.pdf](http://multimedia.transparencia.curitiba.pr.gov.br/funcionarios/relacao_cargos_efetivos_preenchidos.pdf)>. Acesso em: 24 de out. 2016.

SISMMAC. Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba. Disponível em: <<http://www.sismmac.org.br/historia>> Acesso em: 27/05/2016

SISMMAR. Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária. Disponível em: <<http://www.sismmar.com.br/historia>> Acesso em: 27/05/2016.

TARDIF, M; LESSARD, C. **O Trabalho Do Docente**. São Paulo: Ed. Vozes, 2014.

VICENTINI, P.P.; LUGLI, R.G. **História da Profissão Docente no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Funcionário da educação: o caso do Brasil é singular?** Retratos da Escola, Brasília, CNTE, v. 3, n. 5, 2009. Disponível em: Acesso em: 13 jul. 2016

## APÊNDICE 1<sup>10</sup>

### Gravação do SISMMAR Coordenação de Comunicação - (profissional liberada)

**Karoliny:** Estou no SISMMAR e o objetivo dessa pesquisa tem relação com o TCC sobre a “Hora Atividade do Município de Araucária”. Por favor você pode falar um pouco sobre a organização sindical no município e como ela é estruturada?

**Coordenação de Comunicação:** O SISMMAR já tem 28 anos, e realiza algumas atividades tradicionais. Somos um conselho de representantes, que uma vez por mês se reuni com um representante de cada escola e CMEI, para debater os assuntos referente as lutas mais imediatas e também faz realizamos o momento de formação.

O município abrange da pré-escola o 9º ano, então temos diferentes ramos na mesma categoria, e procuramos fazer também discussões específicas, essas discussões acontecem através de coletivos. Temos o coletivo dos pedagogos, o coletivo dos aposentados, hoje que está mais estruturada o sindicato, esses coletivos se reúnem mês a mês para realizarmos momentos de formação e de luta. Existe também a questão da comunicação sindical através do jornal através das visitas nos locais de trabalho. É um pouco assim que a gente se estrutura. Eu acho que é isso em relação à organização sindical.

E a gente tem essa característica dos representantes muito nos locais, fazer mesmo uma parada de discussão. E a gente sempre inicia os conselhos de representante, encaminhando pautas e pedindo se as escolas tem pauta para trazer. Então a gente discute a partir dali nossa organização.

**Karoliny:** E aqui no sindicato, em quantos vocês são, tem uma hierarquia, ou é uma diretoria?

**Coordenação de Comunicação:** É então, a gente mudou o estatuto em 2011, e agora o estatuto não traz figura do presidente, mas a figura do coordenador geral.

O coordenador geral passa a ser um articulador das demais coordenações, então, mudou a nomenclatura e também a gente tem todo um trabalho para não ter essa situação da hierarquia em relação ao presidente, ele não é única figura, é essa característica de distribuir as tarefas para que não fique em uma pessoa tendo a responsabilidade da linha política apenas. Então a gente trabalha com coordenações aqui nós somos em três liberadas hoje, duas de 40 horas, de 20 e 20, e uma liberada de apenas 20 horas, estamos pleiteando mais liberações, até porque a rede cresceu e aí a gente tem essa característica.

**Karoliny:** E vocês se dividem para se organizar para ir nas escolas e regionais?

**Coordenação de Comunicação:** É na verdade a gente vai assim, fazendo uma escala um cronograma, a cidade não é tão grande assim, mas a gente vai distribuindo entre nós.

**Karoliny:** Quantas escolas são?

**Coordenação de Comunicação:** São 42 e 33 CMEIs

**Karoliny:** Quantos professores?

**Coordenação de Comunicação:** Hoje está em torno de 2. 100, por aí.

**Karoliny:** Quantos são sindicalizados?

**Coordenação de Comunicação:** Em torno de 1400.

**Karoliny:** É Bastante né?

**Coordenação de Comunicação:** É bastante porque muitos destes tem dois padrões, e se filiam em apenas uma matrícula.

**Karoliny:** E vocês são filiados à CUT, ou não?

**Coordenação de Comunicação:** Nós somos filiados apenas a CNTE.

**Karoliny:** Agora eu vou falar sobre a Lei do Piso e a hora atividade. Como que funciona a hora atividade, o município já cumpre a Lei do Piso referente a hora atividade?

**Coordenação de Comunicação:** Não, aqui é apenas 20% concentradas em um único dia, isso tanto para creche quanto para docência 1, que são os anos iniciais, e para docência 2 também né, nós só temos a característica para docência 2 atuar em hora aula né e à docência 1 em hora relógio. Mas hoje, e já a muito tempo é 20%.

**Karoliny:** Mas porque você acha que ainda não é cumprido os 33% de hora atividade aqui no município?

**Coordenação de Comunicação:** O município nas gestões dos anos anteriores investiu mais na questão da política salarial, e a gente tem uma discrepância entre o salário, assim tem salários bem altos, salários mais baixos e aí o município alega que não tem recurso financeiro para contratar mais pessoas para garantir os 33%, nós atuamos no limite de profissional, falta profissional nas unidades e essa é a grande questão que o governo de justificando de porque não implementou ainda. A nossa folha de pagamentos sempre chegou no limite próximo da lei de responsabilidade fiscal do município, ele contrata muito cargo comissionado, e aí quem paga a conta na verdade são servidores públicos, e essa é uma das justificativas do governo de que não há recurso financeiro para contratação. O sindicato fez um levantamento, seriam necessários a princípio 178 novos profissionais para implementar para todos os locais, para os anos iniciais e para os anos finais seria necessária uma readequação ainda da jornada em hora aula.

**Karoliny:** Mas assim com relação ao PIB, pelo menos, que eu dei uma pesquisada, de Araucária o PIB bruto per capita é maior do que o de Curitiba, então, pode ser que não seja esse o problema?

<sup>10</sup> Foram substituídos vícios da linguagem verbal por palavras na língua culta em algumas situações nos apêndices 1 e 2.

**Coordenação de Comunicação:** O sindicato avalia que um dos problemas com o orçamento é a má gestão, porque dinheiro tem, então como eu te falei, excesso de cargos comissionados, essas discrepâncias salariais que a gente tem, tudo isso afeta a folha de pagamento, mas para a gente é possível você implementar isso como política prioritária, mas os governos, enfim, esse governo último que passou não fez qualquer esforço.

**Karoliny:** E como que o sindicato se mobiliza junto com a base para que o município cumpra a hora atividade?

**Coordenação de Comunicação:** Olha nessa gestão que passou foi muito difícil né, na verdade ela recebeu o impacto da Lei do Piso já em 2009 e não fez medidas, ainda que tivesse orçamento para implementar naquele ano, não fez, esse governo então pior ainda.

A gente já fez greve, mobilizações, campanha de lutas, projeto de iniciativa popular, abaixo assinado, acho que todos os instrumentos possíveis que a gente tinha para defender a questão da hora atividade, fomos em comissões, fizemos estudos, protocolamos processos, temos um processo na justiça reivindicando isso, então assim, todas as estratégias possíveis que a gente podia fazer a gente fez nesses últimos 4 anos, e nem assim foi suficiente para o governo contratar mais pessoas, então, esse ano encerrou o concurso aberto, para que ela seja implementada no ano que vem vai ser preciso abrir outro concurso.

**Karoliny:** E os professores, eles são mobilizados quanto a hora atividade, eles têm essa consciência dos 33%, ou eles não se mobilizam quanto a isso?

**Coordenação de Comunicação:** Tem sim a consciência de que é necessário, até porque trabalham em outras redes que já garantem isso, e Araucária, ainda rica, como você diz, e ainda não implementou.

**Karoliny:** E como o sindicato avalia o Plano Municipal de Educação, e as condições de trabalho dos professores em geral?

**Coordenação de Comunicação:** O Plano Municipal de Educação aqui sofreu muita retaliação por parte do governo, o passo inicial nosso sofreu muito veto, e aí eles tinham a Câmara em favor deles, enfim, conseguiram com tranquilidade passar o Plano.

No Plano tem marcos importantes, como é o fato de implementar os 33% de hora atividade, mas como é o prazo de 10 anos deixa as administrações confortáveis, e porque o nosso Plano não estabelece prazo, então ele estabelece apenas a meta a estratégia, e aí temos essa dificuldade de você ter um instrumento legal, mas ele não amarrar concretamente né. E aí assim, tanto o Plano Municipal, vai ter objetivamente as metas necessárias para melhorar as condições de trabalho, mas como ele não tem vinculação orçamentária, nem uma obrigação de colocar isso nas leis orçamentárias, isso passa a ser uma decisão de governo né, então fica sempre muito difícil.

As condições de trabalho aqui em Araucária são péssimas, temos escolas de madeira, escolas em espaço alugado, assim é radicalmente oposto do orçamento que temos, a gente tem poucas escolas que possamos nos orgulhar da infraestrutura dela, poucas mesmo, escola de madeira por exemplo que é insalubre, calor, sabe que está caindo, então mesmo tendo o recurso o recurso é canalizado para as estações que a educação não é prioridade, os professores reclamam demais as condições de trabalho tem adoecido muito, em relação dela.

**Karoliny:** E o número de alunos em sala de aula?

**Coordenação de Comunicação:** Então o número de alunos, estamos passando aqui em Araucária por um processo intenso de judicialização por parte do Ministério Público. Isso é positivo de um lado, mais negativo do outro porque o Ministério Público vai sempre dar prioridade para criança em razão do direito, se nós hoje fomos até o Ministério Público para reivindicar o cumprimento da lei do Piso o Ministério Público sempre se coloca entre o direito da criança direito da professora, e é direito da criança que prevalece. Claro, a gente entende isso, porém a hora atividade não é uma questão apenas o direito do professor, mas também uma questão de melhorar a qualidade da própria aula que o professor ministra. Então ela é transversalmente um direito da criança que o professor tenha tempo suficiente para planejar. E aí nesse processo de judicialização que a gente está vivendo uma das coisas que nós fizemos no sindicato é reagindo ao Ministério Público exigir o cumprimento das normas que conselho trata em relação ao número de alunos por turma o que o ministério público bancou isso. E aí ele abriu uma ação junto com a juíza, uma ação civil pública para garantir que as escolas e a rede cumpram o número de alunos recomendado pelo conselho. Então hoje as escolas e a secretaria que tem que prestar contas de quantos alunos têm na sala, sob o risco de ter multa caso encha a sala de alunos para cima do recomendado. Então nós estamos com esse gatilho bem importante.

**Karoliny:** Você acha que a PEC 55, que está em votação no senado, vai refletir, nos municípios em geral?

**Coordenação de Comunicação:** Sim, com certeza, nós sobrevivemos ao longo desses quatro anos em que o governo não priorizou a educação a partir de verbas federais como o “Mais Educação”, os programas que vinham do governo. Aqui nós não temos política de descentralização, portanto os recursos são vinculados ao governo federal, e quando as escolas precisam de manutenção, vai para secretaria. Então assim a medida que o governo federal não prioriza e não aumenta os recursos para essas áreas isso de fato afetará Araucária, nos programas, enfim, tem sempre aquela política de que para os anos iniciais tem que se trazer aquela política do ensino integral, a proposta do governo Dilma foi o “Mais Educação” né. Se você não investe nestes programas teremos um problema bem sério, em relação inclusive a aprendizagem dos estudantes, assim é com o PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa), assim é com... O PNAIC por exemplo foi um dos únicos programas estruturados de formação para alfabetização, que o município teve, então se o governo federal optar em reduzir recursos para educação, com certeza vai afetar Araucária, por conta dessas dependências aos recursos federais.

**Karoliny:** Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa, que você ache importante, pode até fugir um pouco do assunto, ou...

**Coordenação de Comunicação:** É então, essa situação da PEC né, aqui fizemos fez luta, mobilização, esclarecemos as pessoas do impacto da PEC, mas o que percebemos é uma dificuldade que o movimento sindical tem hoje de enfrentar essas políticas do governo federal, enfim, de ter uma unidade nacional contra esses

desmanches, tivemos muito tempo de apassivamento e agora não está dando conta de reagir a todos os ataques que estão vindo, seja com a PEC 55. Uma das questões debatemos muito com os professores é essa onda conservadora que a gente está vendo vir junto com as políticas de ajuste fiscal e que vão ser muito ruins, vão retroceder aspectos já tínhamos avançado, como o debate da educação para a educação étnico raciais, o debate de gênero na escola, como essa coisa da escola sem mordação, por exemplo, da escola sem partido, combatemos muito isso, realizando formação com nossos professores a respeito de ações como essas que estão sendo adotadas.

2016 foi um período de grande enfrentamento, e o sindicato avalia que em 2017 não vai ser diferente, mudam as prefeituras dos municípios e você tem que reconstruir algumas conversas. Enfim, o cenário nacional não está positivo para quem luta e defende a escola pública.

## APÊNDICE 2

Gravação no SISMMAC Membro da Diretoria Liberada.

**Karoliny:** Você pode primeiramente me dizer como é a organização sindical da Rede Municipal de Curitiba?

**Membro da Diretoria Liberada:** Sim, somos um sindicato que se organiza como organização dos professores que se organizam na luta, antes de ser sindicato existia uma associação de professores municipais que se organizava anteriormente. A instituição sindical só é possível ser constituída em 1988, a partir da constituição de 1988, tanto que a maioria dos sindicatos que conhecemos tem mais de 25 anos.

O sindicato é fundado separado dos outros trabalhadores do município, o sindicato do magistério municipal envolve as professoras do 1º ano 9º ano, da rede municipal de Curitiba, professores que são contratados com vínculo com a rede, prefeitura municipal de Curitiba, os casos dos professores do Ensino Médio são contratados pelo estado e filiados à APP Sindicato, representamos representa essa base sindical dos professores que são contratados pelo Município e que atuam do 1º ao 9º ano. No mesmo momento que teve a formação do SISMMAC teve a formação do SISMUC, que é um organização sindical de todos os outros trabalhadores, trabalhadores da saúde, da educação que não estão no Ensino Fundamental, que na época eram professores chamados educadores, que atuam com a Educação Infantil, com as crianças de 0 a 3 anos, esses trabalhadores inclusive são da educação também, consideramos eles como trabalhadores da educação, mas não estão inseridos na base sindical que representamos conforme a legislação. Os outros trabalhadores da escola também não estão inclusos na representação do SISMMAC que é o magistério municipal especificamente.

O município possui 11 escolas de 6º ao 9º ano na prefeitura, então não temos muitos professores do 6º ao 9º, temos uma base de mais ou menos 700 professores do 6º ao 9º e todos os outros professores são da educação básica do 1º ao 5º ano, são 10 mil professores e desses 10 mil professores temos pessoas que fazem um contrato de dobra de trabalho que chamamos de regime integral de trabalho (RIT), então esses são por volta, segundo a administração que faz esses contratos, de 2.500 a 3 mil professores que fazem essa dobra, 10 mil e mais essas pessoas que cobrem esse posto de trabalho que seriam mais ou menos 2.500 pessoas, temos na rede mais de mil pedagogos que atuam, na verdade a última conta que a prefeitura enviou eram 1.600 pedagogos então eles entram na rede como professores do primeiro ao quinto ano, e eles passam a ser pedagogos a partir de uma mudança de atuação, então a carreira é a mesma do professor, não existe nenhuma gratificação, não existe nenhuma vantagem financeira no sentido de uma remuneração diferente pra eles né, inclusive a nossa defesa é para que não haja mesmo porque entendemos que o trabalho do professor é tão importante quanto a do pedagogo e a do pedagogo é tão importante quanto a do professor e todos tem que ter uma valorização decente, uma boa valorização, um bom salário, então esse é o quadro da rede municipal são 186 escolas onde estão lotados esses professores né, como eu coloquei são 11 de 6º ao 9º temos hoje mais de 200 CMEIs que são centros municipais de atendimento, centro de Educação Infantil e nesses CMEIs temos a figura de um pedagogo que atua lá dentro, tem também professores que atuam na pré escola, professores que são do primeiro ao quinto, que são contratados como docência 1 e que admite contrato para atuar como professores mas que estão dentro da pré escola também, quando entra na verdade não é só de 1º ao 5º, é pré escola também, podemos trabalhar né, hoje é bem pouco professor que está no CMEI, a maioria dos professores, a maioria que assumiu a Educação Infantil são considerados professores da Educação Infantil, que são chamados dessa forma e que entram por um outro concurso, eles entram pelo concurso de nível médio e nós entramos pelo nível superior, por isso que o salário deles é diferente por isso que existem duas carreiras diferentes, e isso é inclusive uma luta importante que os trabalhadores da educação, as professoras organizadas dentro do SISMUC fazem, de ter isonomia com o magistério municipal, que a carreira que a gente, que é base do SISMMAC tem, porque muitas delas já tem a formação em nível superior, na verdade mais de 70, 65 quase 70% delas têm essa formação de nível superior e não tem esse reconhecimento pela prefeitura né, como o concurso delas é de nível médio elas tem uma carreira, essa graduação da ganho na carreira mas não garante esse mesmo salário que nós temos, elas têm uma carga horária maior de 40 horas, e nós temos a carga horária de 20 horas, então é uma profissão mais precarizada.

**Karoliny:** Desses 10 mil professores que tem na rede, quantos são sindicalizados?

**Membro da Diretoria Liberada:** Temos cerca de 7 mil, na verdade mais de 7.500 sindicalizados, cada dia se sindicaliza mais gente, então é difícil precisar exatamente hoje, mas mais de 7.500 sindicalizados, desses sindicalizados existe uma parcela de trabalhadores que já estão aposentados, perto de 1.500 desses 7.500 estão aposentados hoje.

**Karoliny:** E qual a importância para o sindicato que os professores sejam sindicalizados?

**Membro da Diretoria Liberada:** Então acho que o respaldo maior que temos é um respaldo político né, cada vez que aumenta a sindicalização o sindicato, de uma certa forma, ganha mais legitimidade tanto na categoria quanto para representar a categoria na administração municipal né. Não somos filiação obrigatória, a filiação é de caráter voluntário, então cada fichinha que conseguimos coletar, cada professor que se dispõe a contribuir financeiramente com o sindicato, tem um peso político bastante importante, porque significa que o professor gostaria de se organizar numa luta sindical, gostaria de se organizar junto de uma categoria.

Já aconteceu momentos de ter negociação com a prefeitura em que a própria prefeitura fez comentário de que estávamos crescendo bastante, então isso é um ponto positivo porque nos colocamos, e mostramos nossa força para a administração municipal, porque temos que estar sempre meio que num enfrentamento para conseguir as nossas pautas nossas reivindicações, então quanto mais sindicalizados temos, melhor representamos a categoria e o que melhor é que é de forma voluntária. Alguns sindicatos recebem imposto sindical, o imposto

sindical é um débito compulsório dos trabalhadores que acontece né e que vai direto para as centrais sindicais, no SISMMAC não tem esse imposto, somos contra esse imposto, porque entendemos que a conscientização dos trabalhadores é bastante importante, então precisamos garantir a filiação deles voluntariamente para que possamos inclusive debater com eles o que o sindicato está construindo, não fazer pelos trabalhadores, mas fazer com os trabalhadores.

**Karoliny:** E como vocês estão estruturados aqui dentro, o pessoal, como vocês trabalham assim, na prática?

**Membro da Diretoria Liberada:** O sindicato tem 28 diretores eleitos, nosso estatuto é bastante antigo, desde a década de 80 é o mesmo estatuto, inclusive temos uma necessidade, uma demanda de enquanto categoria de reformular esse estatuto para melhorar ele, porque ele é ainda presidencial, então você tem a figura do presidente no sindicato, que é algo que em outros modelos de sindicato já foi superado, mas não nos organizamos de fato dessa maneira, aqui dentro do sindicato trabalhamos de forma colegiada, não precisa o presidente assinar o ofício, a não ser para a parte burocrática, mais de financeiro, que daí é o presidente e o tesoureiro que resolvem, que tem que assinar pelo sindicato, buscamos trabalhar da forma mais colegiada possível, envolvendo toda a diretoria. Temos hoje diretores que estão na liberação, são diretores que atuam aqui no sindicato, que são 9 diretores nesse momento, conquistado com bastante luta, bastante briga, essas liberações, e tem os outros 19 que estão na base né, que estão trabalhando nos diferentes locais de trabalho, nas diferentes regionais. Existem hoje 10 regionais na rede municipal de Curitiba, e nós nos organizamos, dentre esses nove diretores para poder fazer as visitas nos locais de trabalho, como são 10 regionais, a regional da matriz nós redistribuímos entre todos para poder fazer as visitas, isso faz com que cada diretor tenha responsabilidade de visitar 25.. 24, dependendo da condição e região também para fazer as visitas né, tem regionais que são mais difíceis porque tem mais gente separadas, mais escolas distantes umas das outras, e têm regional que é mais próxima uma escola da outra a população é mais densa, então nós tentamos organizar isso tudo pelo mapa (anexado na parede) você pode dar uma olhada ali depois, tem o nome dos diretores e onde cada uma faz visita e onde cada um faz o trabalho de base também, organiza o trabalho de base, passa nas escolas ou atende os telefonemas dos professores, ou responde as mensagens de Whatsapp desses professores dessa regional, claro que a gente atua respondendo para todo mundo se necessário for, mas busca-se organizar essa referência do professor na regional né, até para poder ter um vínculo maior com as escolas, um relação de confiança maior com as direções de escola, quando chegamos a gestão do SISMMAC em 2011 tivemos bastante dificuldade para entrar nas escolas por conta de várias diretoras que tentavam impedir a prática sindical, impedir- nos de entrar para fazer fala nos recreios que é o horário de intervalos das professoras que é de 15 minutos 20 minutos, e que é um horário bem curto mas que é o único horário que temos para conversar com elas, então não conseguimos muitas vezes um horário privilegiado para conversar com as professoras, e com o contato maior nas escolas, a presença maior nas escolas, vamos avançando nisso, que aí conseguimos, conhecendo as direções de escola, fomentando muitas vezes os professores que são mais de luta até mesmo se candidatem a direção de escola, em alguns casos quando a escola tem uma direção bastante autoritária isso garantiu para gente nesse processo de mais de cinco anos que estamos aqui na direção do sindicato, de conseguirmos ter uma entrada melhor das escolas e garantir alguns outros espaços para além do recreio né, mas no começo foi bem difícil né, e tem algumas escolas que ainda temos dificuldade de não ter uma receptividade muito boa, mas nenhuma hoje proibir o sindicato de entrar, muito pelo contrário, eles sabem que tem que deixar o sindicato entrar e sabem que o sindicato vai bater lá na porta da escola a cada mês e meio no máximo, e controlamos isso tudo em uma planilhas do sindicato né, temos um controle rigoroso de quantas vezes nós vamos lá nas escolas por ano.

**Karoliny:** Essa aproximação entre sindicatos e professores, acho que acaba dando mais força ainda né, para o sindicato.

**Membro da Diretoria Liberada:** é muita gente tem dificuldade de entender o que é o trabalho do sindicato, as pessoas pensam que você é um RH você tem que responder para ela as dúvidas jurídicas ou às dúvidas que ela tem sobre o contracheque, aí nós tentamos desmistificar essa essa visão, tentamos repassar para a categoria que a gente tá aqui para construir lutas para construir movimento que só com esse movimento consegue-se resolver alguns problemas mais burocráticos que temos com a administração no contracheque, e algumas outras coisas relacionadas a vida funcional delas, então buscamos sempre estar nos locais de trabalho, claro que também poderá tirar suas dúvidas, mas para além disso para fazer o trabalho político mesmo levar umas do jornal nosso né, nosso jornal é um guia, então ele é um guia das pautas tocadas na categoria, a pauta principal que está sendo tocada no mês de novembro é a PEC 241 foi a paralisação que fizemos dia 25 aderindo à paralisação nacional, isso tá vivo no jornal de novembro e esse é um instrumento que usamos quando chegamos na escola entregamos o jornal para todo mundo depois conversamos com as pessoas sobre o jornal e somente uma matéria a gente elege uma das matérias para fazer o debate né claro que têm informes recentes que às vezes não estão no jornal mas que tentamos nos organizar o trabalho de base através do jornal né.

Tem também uma vez por mês uma reunião de Delegados de base né que é o conselho de representantes, e vários sindicatos não têm essa organização não tem essa cultura de fazer esse conselho de representantes, e nós conseguimos, assim ele já existia, quando chegamos aqui na direção do sindicato, esse grupo político que a gente faz parte hoje que é o grupo político "Novos Rumos", ele já existia anteriormente, desde sempre parece que né, esse conselho de representantes já existiu que é uma reunião uma vez por mês de vários representantes das escolas que são eleitos nas escolas mas o conselho de representantes ele tinha uma participação pequenas e perto de 40 pessoas ao todo durante o dia, hoje temos 40 pessoas por turno participando, tem conselho de representantes que chegam até 120 pessoas das 184 escolas, ainda não é o todo da escola, ele já chegou aqui o maior maiores conselhos representante que teve na verdade foi na véspera da greve 2014 que ai teve quase totalidade dos escolas representadas na reunião de representantes que é uma vez e acompanhamos pelos gráficos. Todas essas são tentativas de aproximar as escolas do sindicato.

**Karoliny:** Agora vai entrar um pouco na parte da hora-atividade está, antes da lei do piso de 2008 que prevê os 33% de hora-atividade fora da sala de aula para o planejamento como que era não na rede Municipal de Curitiba?  
**Membro da Diretoria Liberada:** Eu tô na desde 2006, então vou poder falar pouco para você no mundo como era exatamente a hora atividade na rede Municipal. Antes de 2008, na verdade tinha quando eu entrei na rede em 2006 tinha 20% de hora atividade, então uma carga horária é de 20 horas 4 horas semanais eram para fazer planejamento, a pauta dos 33% de hora-atividade passa a ser levantada a partir de 2008 e a categoria consegue conquistar ela para a partir de 2012 com uma greve que para 90% da categoria.

Então em 2012 tinha uma pauta de greve muito extensa né umas das questões era condições de trabalho e nisso entra a aplicação da hora atividade, da lei do piso com 33% de hora-atividade. Vale lembrar que a prefeitura fazia já o entendimento de que esse é o único item que eles não cumpriam da lei do piso, porque o piso salarial determinado pelo Governo Federal já se recebia, uma vez que o piso está terminado para até 40 horas e sendo assim como a gente tinha 20 horas de contrato então eles calculavam, somavam duas vezes, somavam, dobravam valor do salário para a dizer que pagar o piso e nós fazemos uma interpretação diferente da lei, que é até 40 horas, então se o nosso contrato de 20 temos que receber o piso por 20 horas, mas a prefeitura tinha esse discurso na época uma das coisas que ficaram bastante pendência ainda te pegavam mais na categoria categoria era essa possibilidade de ter maior tempo de hora atividade mesmo, embora muita gente da categoria achava que isso era uma utopia, que isso não podia acontecer porque elas iam ficar sem ter contato com os alunos a ter contato com os alunos menos tempo, iam ter contato não a semana... Geralmente as professoras regentes da turma 4 dias com alunos e um dia sem aluno, e daí algumas até colocaram nessa questão, vamos ficar quase um dia mais sem aluno, e o sindicato tentando politizar esse debate dizer que o aluno não é de um professor só, que o aluno é de um coletivo de trabalhadores na escola, é de coletivo de profissionais de educação em que não tem nenhum problema elas não darem todas os quatro dias de aula né, essa contradição ela apareceu né, não com tanta força mas apareceu dentro da categoria.

Então existia essa pauta né, que era melhorar as condições de trabalho através da hora atividade, a pauta que era melhorar o plano de carreira, corrigir distorções históricas, que o nosso plano carreira em 2001 ele começa a existir, antes não tinha carreira, não tinha uma progressão organizada na carreira não tinha uma tabela onde deveria existir um planejamento para crescer, em 2001 começasse a ter esse plano de carreira onde se cresce 2,8 ano, né fora os crescimentos por titulação, que 15% com pós-graduação 30% do mestrado e mais 2,8% que quem faz mestrado, daí daria 32, 8 e mais o doutorado que daí a pessoa que crescia mais 50% e mais algumas letrinhas dois percentuais ou duas casinhas de 2,8. Então tem esse achatamento porque os professores de 2001 pra cá passaram a receber a carreira mas quem não estava, quem estava na rede antes de 2001 passou a ter o seu salário, é desvalorizado perante os que estavam chegando que estavam crescendo mais rápido e os antigos estavam então com salário congelado naquele é conseguiu crescer a partir de então nessa carreira mas em comparação ao tempo de rede, eles tinham uma desvalorização do tempo de serviço deles e também muita gente foi enquadrada errada por administração anterior né, eles enquadraram pessoas que já tinha 5 anos de rede como se tivesse 1 ano de rede gente que só tinha 1 daí ficou junto dessa pessoa que tinha 5 anos de rede tanto ter uma distorção na carreira de 2001 em uma das pautas era essa, a construção de uma carreira digna para todo mundo. Outra pauta dessa greve era a falta da saúde, o ICS (Instituto de Curitiba de Saúde) tinha a demanda de melhorar o, que é Instituto que atende Servidores Municipais tanto da base do SISMUC, quanto do SISMMAC, e que ele vem sendo sucateado a bastante tempo em que tem várias dívidas, e que a NS processou a Prefeitura por conta do instituto de saúde, parece que eles estavam usando uma verba inadequada para o ICS não poderia ser usada no ICS, então obrigatoriamente também essa agência nacional de saúde obrigou o ICS a se transformar em um plano de saúde, e ao se transformar em um plano há uma lógica mercadológica de ter idade para contribuição, e hoje nós contribuimos para o ICS com um valor fixo né, seja a idade você tiver você contribuir com 3.14 aí a prefeitura contribui com quase 4 né, 3,75 da folha, então se você tem você tem essa, esse plano muito melhor, e da tinha uma previsão de piora no plano então isso também era uma das pautas na greve e a outra era salário né, que era aumento salarial né, reajuste acima da inflação, daí nas vésperas da greve governo Ducci ele oferece é um reajuste de 10% na época a inflação estava em 7,5 ele oferece acima da inflação e oferece um PPQ programa de produtividade qualidade que é no valor de R\$ 350 para cada professor que tivesse um bom atendimento com as crianças teria ganho mensal em dinheiro para quem tivesse uma boa avaliação atendimento com uma população criança com o trabalho pedagógica. E aí houve a preocupação porque ele quando ele oferece isso é ano de eleição eles queriam mesmo amarrar essa política de gratificação e de produtividade, ficamos bem preocupados com isso, de como que a categoria reagiria. E foi impressionante, porque a categoria reagiu contra, o sindicato conseguiu fazer um bom trabalho de convencimento né, teve claro bastante polêmica, bastante debate, tivemos que fazer bastante material comparativo e inclusive mobilizar as aposentadas, porque as aposentadas não levar nenhum ganho nesse sentido, então houve essa mobilização essa parcela da categoria, de aposentados que estão para se aposentar que veriam uma oportunidade no caso do Governo da prefeitura está investindo na educação e ataca, aim para um programa de produtividade só pra quem estava na ativa, e houve greve, e a greve atinge 90% da categoria. E a pauta da greve ela é conquistada, em 2 dias de greve um de muito sol e um de muita chuva (porque a gente tem aqui em Curitiba sempre esse presente né, dia 25 a gente parou, de manhã estava muito sol e a tarde choveu, a gente sempre tem chuva e sol nas nossas greve) pra não dizer que não é de Curitiba... E aí foi bem bacana, segundo dados do DIRETRAN foram perto de 7 mil professores na rua. Era a greve das sombrinhas, no dia da chuva, e acabamos conseguindo avançar na negociação, o Luciano Ducci, não dá o programa de produtividade e ele dá em aumento da inflação e aí tivemos uma ajuda de um professor da universidade de São Paulo, da PUC-SP, economista Professor Pompeu que ajudou a fazer os cálculos na carreira para poder ter o reajuste que foi de 19,5%, e além desse reajuste de conquista na greve a palavra, a promessa de que vai ter hora

atividade, e o governo Ducci no final do ano vai querer mostrar serviço até porque tinha também é questão de eleitoral, eles começam implementar hora atividade em 2012.

Em 2012 se não me engano, tem um concurso grande que acho que entrou bastante gente que acabou assumindo bastante gente né, é acho que teve dois né, um no começo do ano e um no final do ano, porque o do final do ano foi esse pela demanda de cumprir a carga horária de hora atividades que precisava de mais professores, de 2012 para 2013 você tem uma ampliação de pelo menos mil profissionais na rede Municipal se não para mais, 1.000 1.500 não tem como precisar certo até porque naquela época a gestão não dava muitos dados pra gente era bem difícil de conseguir, tinha que ser bastante enfrentamento conseguir informações mas tem um em 2012. O início da hora atividade era de 29 %, dividido em um dia inteiro mais duas 2 horas o que dava 6 horas de hora atividade. Depois que eles passaram a dar os 33% mesmo 2013, com muita briga, como o mapa que fizemos da hora-atividade de toda a cidade, eles passam a dar os 33% de hora atividades, na gestão do Fruet, inclusive em 2013 não tem greve na categoria que é porque tinha uma acomodação muito muito grande por conta dos 19,5l por conta do ganho da hora atividade, algumas partes da categoria ficaram sem essa hora atividade, o pedagogo você não tem organizado isso né até porque a prefeitura entende que a hora atividade o tempo extra classe, ao ser um tempo extra extraclasse Você tem o pedagogo já tem um trabalho extra ele fora contato com o aluno não ele não tá em contato direto com o aluno, então eles entendem o que pedagogo já tem hora atividade, porque a natureza da função pedagogo já é outra natureza né a gente bate bastante firme de que os pedagogos precisam de um tempo reservado para estudo na sua carga horária semanal, inclusive recentemente a gente conseguiu conversar com administração que eles fazerem uma instrução normativa aonde preveja que cada pedagogo todos os pedagogos da rede tenham no mínimo 4 horas semanais para estudo para além de organizar também o atendimento aos pais organizar o atendimento aos professores organizar planejamento coletivo que é de uma certa forma que os professores fazem na hora atividade 33%, então para além de fazer aquelas tarefas que é hora atividade prevê que são é questão de atender os pais, planejar, fazer o seu diário é um tempo para pesquisar mesmo se reunir em cursos, momentos de organização pedagógica. Houve um projeto, iniciado no SISMMAC do curso de extensão junto da Universidade, a universidade ofereceu um curso para os professores pedagogos sindicalizados do SISMMAC, durante o ano todo foram quatro módulos a houve dificuldades para os pedagogos virem, porque tem pouco pedagogo e eles não terem respeitadas esse tempo para estudo, mas essa é uma briga que se leva, tem que ir buscando, puxando e batendo bastante. E foi isso assim, a hora atividade então ela acaba se concretizando em 2013, com 33% em pedagogos que não tem esse atendimento desses 33% de hora atividade, e as profissionais da Educação Especial também né, alguns Profissionais que são poucos profissionais da rede né, mas que não tem essa carga horária de 33% respeitada né então tem alguns professores que atuam como um atendente de aluno atuam como tutores de alunos na inclusão eles não têm, alguns professores que só tem as 4 horas semanais, então é um o descumprimento da lei né, alguns professores que atuam nos CMAI, pedagogos que atuam no CMAI que é um Centro Municipal de Atendimento Especializado, que atende crianças que têm dificuldades de aprendizagem né, que tem atendimento psicológico, tem profissionais da saúde, fonoaudiólogos, psicólogos, e tem o pedagogo também que atuam no CMAI e também não tem esse cumprimento da hora atividade, a que até a prefeitura entende que não teria necessariamente esse direito, por conta do tipo de atendimento, que já é um atendimento fora da classe, fora da sala de aula, atendimento diferenciado, mas esses profissionais têm sempre que levar na pauta, sempre estar brigando.

**Karoliny:** Mas assim, quando começou o 29% até chegar aos 33, todas as escolas estavam cumprindo ou mesmo com o 29%...

**Membro da Diretoria Liberada:** Isso variou bastante, no começo foi 29 %, chegou um momento, lá por outubro de 2012 que tinha quase todo mundo com 29 %, porém, como tem um adoecimento grande na categoria no final do ano, pelos dados da própria perícia médica, o número de atestado aumenta significativamente, as pessoas acabavam perdendo a hora atividade porque os colegas de trabalho estavam adoecidos e não estavam na escola e a prefeitura não tem uma previsão para que estes colegas continuem trabalhando, tenha alguém para cobrir esses colegas que estão doente, que continue o fluxo da escola, a escola se organizando da mesma maneira, então acaba que muita gente perdia a hora atividade para poder atender a turma, afinal de contas a prefeitura sempre afirma, e isso é uma questão bastante difícil deixar de atender o aluno, a prioridade é dar o atendimento para aquela criança, fizemos vários movimento de resistência, uma ação judicial que contra a prefeitura, ganha em primeira instância, mas depois foi contestada, para ganho de hora extra caso não tivesse hora atividade, porém perdemos em outra instância essa ação, sempre orientamos os professores anotar no ponto quanto tava perdendo hora atividade porque isso era uma forma de provar que estava sem hora atividade, o sindicato orientou aos diretores a guardar o fluxo dos professores, porque isso também provava que não tinha um fluxo suficiente para dar os 33% de hora atividade para as professores, então qualquer prova escrita que tivesse condições de juntar, teve um movimento que inclusive foi de bastante enfrentamento nas escolas para poder garantir que as professoras tivessem pelo menos o direito de registrar que não estavam tendo a lei cumprida, e aí as direções das escolas tentavam proibir, pedimos muito os registro em ata da escola, falando abordando, debatendo sobre isso do conselho de escola, isso era um movimento de resistência que muita gente foi coagida a não fazer, e que muitas vezes as diretoras, por pressão da administração, acabavam cumprindo o papel de gestoras, meramente administrativas e não passavam a fazer o movimento de luta e de enfrentamento, de fazer esse registro na escola, para que pudéssemos em uma mesa de negociação mostrar para a administração os furos mesmo que estava dando, os limites que tinha nessa concessão da administração dos 29%, mas oficialmente em 2012, depois da greve passou a funcionar a implementação dos 29% de hora atividade. E daí em 2013 veio toda essa discussão de garantir os 33%, a gestão do Fruet assumiu isso , falou bastante sobre isso mas até o meio do ano não concretizou os 33% de fato, na época eu era da base do sindicato, não estava aqui no sindicato de fato, mas eu lembro que nas mesas de negociação se batia bastante nessa questão de que era uma gestão que dialogava, que

dizia que estava fazendo, mas que de fato não estava aplicando na prática, e isso é uma briga até hoje né, hoje você tem quadro de professores que conseguem se organizar para ter hora atividade, mas pontualmente em várias escolas da rede, principalmente nas escolas onde os professores adoecem mais, são as escolas que têm maior dificuldade mesmo em, enfim com a comunidade, dificuldade de administração da escola, enfim escolas mais difíceis, é, que os professores adoecem bastante, ainda tem gente que provavelmente deve perder a hora atividade uma semana ou outra, mas não tem isso registrado de constante, tipo a escola tal está sem o 33%, não temos essa reclamação, esse registro no sindicato, mas existe sim, esporadicamente, você tá na tua hora atividade e o seu diretor acaba pedindo para você substituir um professor que está faltando porque tem muita gente faltando, tem escolas que.. eu trabalhei no CAIC Bairro Novo que é bem grande, que acho que é o maior da rede, tem 2 mil alunos, que a escola tem 60 professores pela manhã, e em um dos determinados dias tinha 10 professores faltando, então é bastante o número de desgaste e cansaço e de adoecimento da categoria.

Uma pesquisa realizada no SISMMAC em 2013, que consistia no levantamento de quantos professores tomam remédio controlado para continuar trabalhando e tinham acompanhamento psiquiátrico e psicológico, e a pesquisa mostrou que 40% da categoria toma algum tipo de remédio controlado. É um número alto de professores que têm doenças relacionadas, para além dessas doenças psiquiátricas que são as mais visíveis assim, os problemas respiratórios têm bastante também, do adoecimento da categoria nessa parte, e problemas de reumatismo...

**Karoliny:** Você considera então que o adoecimento dos professores é um dos desafios para a manutenção da hora atividade?

**Membro da Diretoria Liberada:** Pelo que eu percebi da rede de 2012 para cá, é uma suposição, é uma percepção, era bastante agressivo o adoecimento dos professores antes de 2012, eu lembro que em 2008 eu trabalhei em uma escola que era um caos, em relação a isso, em 2009. Os professores perderam a hora atividade de 20%, porque as professoras adoeciam e não conseguiam trabalhar e o os outros tinham que cobrir, então eu acho que hora atividade, ela pode ter contribuído para também dar uma ajuda assim, uma melhora na saúde do professor, mas esse dado não existe, para poder afirmar que antes era pior e que agora está melhor, até porque as cobranças vieram bastante grandes, com o aumento da hora atividade, a administração fez questão de engessar essa carga horária que o professor tem de planejamento, então encher de relatórios para preencher, acompanhamentos para preencher, de pesquisa para fazer que não necessariamente foram construídas com o coletivo, construíram um projeto agora, que foi o projeto de formação da administração desse ano, que bastante professor criticou porque não participou na construção desse processo, então ocupo bastante da carga horária do professores, mas sem dar essa autonomia para as escolas, então assim, veio bastante cobrança com relação ao pedagógico, e acho que o pedagógico avançou bastante também né. Se for considerar os índices oficiais, que são criticados também, como o próprio IDEB, mas houve melhora, nessa lógica desses índices, que podem ser questionados, temos prós e contras a respeito disso, o sindicato tem uma crítica bastante pesada ao IDEB, por conta da forma como muitas vezes ele é utilizado para ranquear as escolas e estimular a competição entre as escolas e entre os alunos, e de como inclusive alguns alunos são tratados quando não vão bem na prova, ou da forma que é abordada o processo de reprovação do aluno, quando se tem uma pressão para não reprovar, para que o índice do IDEB não baixar.

Mas dá para fazer essa relação de que hoje, quando tem falta de professor se perde a hora atividade, e muitas vezes é porque os professores estão adoecendo e se tem a dificuldade de cumprir a hora atividade. A prefeitura tem zelado por cumprir a hora atividade, prioritariamente, e outras coisas ela tem deixado desguarnecido, então, professores que eram contratados para a biblioteca, professores que eram contratados para trabalhar como articuladores da educação integral, eles não estão mais cumprindo esses contratos, então eles estão tentando enxugar o quadro, mas não necessariamente no quadro que cobre a hora atividade, estão mantendo esse tempo de planejamento, talvez por entender que é importante pro pedagógico da escola e pra educação pública, acabando cortando em outras coisas, que na posição do sindicato não deveriam ser cortados, educação deveria ser prioridade né.

**Karoliny:** Então nesse momento você vê que provavelmente está faltando professor...

**Membro da Diretoria Liberada:** Está faltando mais de 650 professores na rede municipal hoje, isso é calculo que o sindicato fez a partir das exonerações e das aposentadorias e exonerações que o sindicato sabe que hoje são em média 200 por ano, então é uma por dia letivo. e também tem essa falta de professores, pelo número de professores que se aposentou e que não foi contratado, porque o último chamamento que teve foi no ano passado, então eles homologaram, finalizaram a contratação do concurso do ano passado, onde o sindicato brigou bastante para que esses professores pudessem ser contratados, porque eles iam fazer falta.

A prefeitura opta por trabalhar com contratos, pois o custo é menor.

O ano que vem tem que ter um novo chamamento pois se não o ano vai começar um caos e a hora atividade será ameaçada.

**Karoliny:** A última pergunta é: Como o sindicato avalia o Plano Municipal de Educação, e as condições de trabalho dos professores em geral?

**Membro da Diretoria Liberada:** Condições de trabalho, existe sempre a luta por mais condições de trabalho, a rede municipal, se for comparada a redes menores, de cidades que não tem uma arrecadação grande, sabe que tem condições bastante difíceis de trabalho, é isso que a prefeitura costuma fazer, costuma comparar Curitiba com outras cidades que têm menor arrecadação, aí o sindicato tem sempre que brigar por melhorias nas condições de trabalho, a rede tem hoje turma de primeiro ano com 30 crianças, às vezes mais, porque tem uma lei que prevê 10% a mais, diante da necessidade, então tem escolas que te 33 crianças em uma sala de primeiro ano, sendo alfabetizadas com uma estrutura muitas vezes são bem diversas, tem vários modelos de escola na rede, acho que mais de 10 modelos de prédios diferentes que têm escolas, é diferente do estado que às vezes aluga um prédio, a prefeitura tem pelo menos escolas construídas pela rede municipal, mas são estruturas prediais bastantes diferentes, algumas mais privilegiadas, outras menos, algumas com a estrutura mais resistente, as mais recentes,

com uma estrutura mais moderna mas que também vem mais fracas, com muitas infiltrações, muitas rachaduras, vários problemas nesse sentido que o sindicato já denunciou várias vezes no jornal, precisa melhorar muito a estrutura. A educação integral muitas vezes é atendida em locais não adequados para elas, em lugares que algumas professoras chamam de ranchinhos, porque são puxadinhos que a escola construiu ou algum prédio perto da escola que a administração adaptou para poder atender essas crianças no contra turno. Isso com relação a estrutura né. Então tem bastante coisa para avançar. Tanto na estrutura física, quanto na estrutura de profissionais mesmo, como a situação que eu coloquei de falta de professores, quando tem falta de professores para realizar a hora atividade, de colegas que cubram essas faltas, então isso também é condição de trabalho, prevê no quadro o professor que vai cobrir alguém que está adoecido é também algo importante para condições de trabalho né, e isso a prefeitura não admite, eles agem assim como outras empresas que trabalham com um quadro mínimo de profissionais né.

Para além disso o Plano Municipal de Educação, quando o sindicato participou das discussões, eu participei da CONAI, da conferência nacional de educação, da conferência estadual, a CONAI de 2014, percebemos que tinha bastante dificuldade, inclusive ali na CONAI de aprovar algumas coisas, porque você teve o setor empresarial ali representado nessa conferência, então não é uma conferência que vai só os trabalhadores, ou vá só os interessados na educação pública, como vai também, por exemplo sistema S, para defender que eles tem que organizar e administrar o ensino médio, que foi uma das coisas que eu presenciei ali, a CONAI previu várias coisas e uma das coisas que o sindicato acha que foi um problema do Plano Nacional de Educação, que na verdade a CONAI apareceu depois que o plano foi aprovado, mas era pra ela ser uma consultoria para aprovar o plano, mas ela foi adiada, era em fevereiro, eles adiaram para o final do ano de 2014, e o Plano Nacional prevê 10% do PIB para depois de 2020 né, mesmo que algumas metas tenham sido ousadas, o sindicato sabe da dificuldade de aplicar por conta até do próprio investimento na educação, e para além disso, no artigo quinto do Plano Nacional de Educação, está colocado que este investimento não é exclusivo para o setor público né, podendo então esse investimento ir para a iniciativa privada, existe uma compra de vagas na iniciativa privada, e isso é muito ruim, enquanto educadores, enquanto trabalhadores da Educação sabe que a educação pública é mais barata, no sentido de não ser uma mercadoria, e quando a educação se torna a ser uma mercadoria, como tudo nessa sociedade capitalista é mercadoria né, até as relações humanas hoje, isso é muito ruim, isso faz com que os trabalhadores que precisam da educação pública percam muito, porque ela fica muito mais encarecida, então o sindicato defende dinheiro público para educação pública, e essa crítica foi feita por nós ao Plano Nacional, mas tem algumas metas do Plano Nacional que são interessantes e que elas se reverberam no Plano Municipal, uma das questões foi atendimento nas creches né, que a meta nacional era 50% de atendimento da demanda, em Curitiba aprovou, pois aqui já tem um atendimento, comparado às outras cidades, grande, defendemos que no decêndio haja atendimento integral das crianças que estão na fila da creche, que na época da aprovação do plano eram 10 mil crianças que estavam nessa fila (segundo o Ministério Público) a gente aprovou que fosse até o quarto ano de vigência do Plano Nacional, o Plano Municipal de Educação, então é uma coisa importante ter aprovado, uma vitória da conferência que montou o plano né, outra questão que é importante lá é igualar o salário dos professores, ao outros profissionais de nível superior, isso está no Plano Nacional e em Curitiba colocamos isso no Plano Municipal também, o DIEESE fez um cálculo entre os salários da prefeitura, trabalhadores como veterinário, trabalhadores da saúde, fisioterapeutas, médicos, e diversos trabalhadores formados em nível superior, e comparou com os salários do magistério, que ganha em média 40% menos que esses outros profissionais, e teria que ser mais, e mesmo com a carreira que de 2014, 2015, teria que ter bem mais, avançou-se muito pouco, perto dos outros profissionais, então essa é uma meta do Plano Municipal que é bastante importante.

Para além, disso tem a ampliação da educação integral né, ampliar as vagas em 50% as vagas em educação integral, que foi uma meta do Plano Nacional que segue aqui em Curitiba e é bastante importante que essas metas estejam no Plano, para que possa cobrado nas pautas de reivindicações e fazer essa discussão com a categoria, mas para além disso, nada se conquista se não tiver investimento, se estamos na iminência de ter uma PEC 55 sendo aprovada que vai cortar bastante o investimento da saúde e da educação, mas que vai reverbera também na verbas municipais, porque sabe que por exemplo o FUNDEB é uma verba relacionada ao governo federal e não pode ser mexida até 2018, mas depois disso vai sofrer alteração, verba para construção de creche que é uma verba que vinha do governo federal também é uma verba que é importante lembrar que não teria, depois os próprios estados e municípios podem seguir o mesmo exemplo da PEC né, usar a mesma lógica da mudança da constituição dos investimentos federais para usar essa mesma lógica do investimento municipal, o que aconteceu também com a PL 257 né, que é o projeto de renegociação das dívidas dos estados e dos municípios com a união né, e que já prevê um congelamento dos gastos, o Plano Municipal, se for olhar para ele, tem alguns pontos importantes que nós temos brigar, mas que na perspectiva de se sustentar, com os orçamentos previstos, vai ter um desafio muito grande para poder garantir. Para além disso o magistério tem carreira para receber, tem quinquênio, tem licença prêmio na carreira da categoria, que bastante gente tem dificuldade de tirar essa licença porque não tem profissional para cobrir, então, teremos bastante dificuldade.